OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

N°20 – Novembro/2026



VIRANDO A MESA?



O OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI é um *think tank* independente, que acompanha, analisa e faz prospecções de acontecimentos e cenários internacionais. Este Boletim contém diagnósticos curtos e notas executivas, que se propõem contribuir para a tomada de decisões de políticos, gestores, técnicos e acadêmicos vinculados à área de política externa e de políticas públicas, frente aos acontecimentos que mais se destacaram em cada conjuntura analisada.

Seus colaboradores compartilham a convicção de que o Sistema Interestatal Capitalista está atravessando um período de mutação profunda. Essas mudanças estão provocando transformações nos campos tecnológico, econômico, social e cultural, com repercussões no mundo do trabalho, da convivência social e das relações entre os Estados, as grandes corporações, as religiões e as próprias civilizações.

O *Observatório Internacional do Século XXI* é uma publicação do Grupo de Pesquisa Poder Global e Geopolítica do Capitalismo do CNPQ/LABEPOG/NUBEA/UFRJ

Todos os direitos reservados

A reprodução dos artigos deve ser feita mediante a indicação da fonte e colocação do link deste Boletim (https://nubea.ufrj.br/index.php/observatorio-internacional)

ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es) dos mesmos, não refletindo necessariamente a *opinião* institucional do Observatório Internacional do Século XXI nem de seus editores, ou de qualquer outro autor.

OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

N°20 - Novembro/2026

COMITÊ EDITORIAL

José Luís Fiori
Maria Claudia Vater
Andrés Ferrari Haines

COLABORADORES DESTE NÚMERO

André André Luiz Reis da Silva
Andrés Ferrari Haines
Daniel Barreiros
Fernanda Brozoski
Flavio Aguiar
Flora de Castro Santana
Hernán Neyra

José Luís Fior
Leonardo Castro
Mirelli Malaguti
Pedro Silva Barros
Reinaldo Guimarães
Wagner Sousa

Foto de capa: elaboração própria com Gemini IA

Este vigésimo boletim do Observatório Internacional do Século XXI prioriza as eleições realizadas no Brasil, Israel e EUA, e seus prováveis desdobramentos futuros, com um olhar especial para a política externa do quarto mandato de Lula.

Focaliza também o impasse e a possibilidade de escalada nas Guerras da Ucrânia e do Irã, paralelamente à crise social, econômica e política enfrentada pela Europa e pelos governos de extrema-direita da América do Sul, com destaque para o Paraguai e a Argentina de Javier Milei, marcada por níveis recordes de suicídios.

Além disso, este número analisa a competição mundial pelos minerais estratégicos e pelo controle da ponta tecnológica no campo da Inteligência Artificial, e discute, por fim, a importância eleitoral das redes sociais e o estranho anúncio de uma nova “peste russa”.

SUMÁRIO

BRASIL: A "GRANDE ESTRATÉGIA" E SEUS OBSTÁCULOS
Por José Luís Fiori 7

O RESULTADO DAS ELEIÇÕES ESTADUNIDENSES
Por Andrés Ferrari Haines 12

ISRAEL DEPOIS DAS URNAS
Por Wagner Sousa 16

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA 4.0
Por André Luiz Reis da Silva 19

OS DOIS OUTONOS DA UNIÃO EUROPEIA
Por Flavio Aguiar 23

O PARAGUAI EM SEU LABIRINTO
Por Pedro Silva Barros 27

A ESCALADA RUSSA NO INVERNO DE 2026-2027
Por Daniel Barreiros 31

A NOVA ECONOMIA DE GUERRA EUROPEIA
Por Mirelli Malaguti 34

A JANELA SE ESTREITA NA ÁSIA OCIDENTAL
Por Wagner Sousa 38

A DISPUTA ENTRE CHINA E EUA PELO CONTROLE DA I.A.: ÚLTIMOS MOVIMENTOS
Por Leonardo Castro 41

REDES SOCIAIS E COMPORTAMENTO ELEITORAL
Por Daniel Vainfas, Flora de Castro Santana 45

MINERAIS CRÍTICOS E SOBERANIA REGIONAL
Por Fernanda Brozoski 49

SOBRE A "PESTE RUSSA"
Por Reinaldo Guimarães 52

O SUICÍDIO ARGENTINO
Por Hernan Neyra 56

BRASIL: A "GRANDE ESTRATÉGIA" E SEUS OBSTÁCULOS.

Por José Luís Fiori

No seu primeiro pronunciamento após vencer – de forma incontestável - as eleições de 25 de outubro de 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva formulou uma ideia e um objetivo para seu novo governo que a imprensa tradicional não ouviu ou preferiu desconhecer: "queremos deixar de ser um país periférico, nós queremos ser um país central, que participe das grandes decisões políticas e econômicas mundiais, e das decisões sobre a paz". Além disso, "queremos fazer que o Brasil deixe de ser um país em 'vias de desenvolvimento' e se transforme definitivamente num 'país desenvolvido'".[1]

Talvez tenha sido a primeira vez que o presidente Lula definiu, de forma tão clara e concisa, o grande objetivo estratégico de seus governos passados, do seu próximo governo e do seu projeto para o futuro do país: tornar o Brasil uma potência mundial, que tenha voz ativa nas grandes decisões globais, em particular naquelas relativas à guerra e à paz, e à distribuição da riqueza entre as nações. Ao mesmo tempo, o presidente brasileiro deixou claro que este objetivo só poderá ser alcançado com o pleno desenvolvimento da economia brasileira.

Na noite do dia 25 de outubro, essas ideias não soaram como bravata e repercutiram ao redor do mundo, porque Lula havia acabado de derrotar – democraticamente – uma coalizão de poder que parecia invencível, reunindo os governos dos EUA e de Israel, as *big techs* e suas plataformas digitais, a bilionária rede de grupos e doadores de extrema-direita de todo o mundo, e as intervenções diretas do presidente argentino, junto com o *agrobusiness*, a burguesia financeira internacionalizada, enormes setores conservadores das igrejas evangélicas e da Igreja Católica, a maior parte da imprensa brasileira, falada, escrita e televisada, e mais oito partidos políticos brasileiros.

Foi uma demonstração extraordinária de força que projetou a imagem mundial de Lula como um líder carismático global, um dos

---

[1] *UOL*, São Paulo, 25/10/2026.

poucos que denunciou – desde a primeira hora – o genocídio de Benjamin Netanyahu na Faixa de Gaza, e a natureza imperialista do projeto de Donald Trump de reconstrução do poder norte-americano através da força e sem nenhuma proposta de melhoria conjunta da humanidade. E tudo isso antes da fragorosa derrota de Benjamin Netanyahu e de Donald Trump nas eleições parlamentares de seus respectivos países.

Em junho de 2026, logo depois da eleição da Sra. Keiko Fujimori, no Peru, o presidente Lula aparecia isolado na América do Sul, cercado por governos de extrema-direita que foram sendo eleitos sucessivamente com o apoio ostensivo do governo norte-americano. Mas quatro meses depois, o quadro mudou radicalmente, com a vitória de centro-esquerda de Lula e a "degringolada" de todos esses governos ultraliberais reunidos sob a tutela e a vassalagem do "Escudo das Américas" concebido pelo secretário de Estado americano Marco Rubio. Começando pela Argentina de Javier Milei, que está às portas de uma nova falência, seguida por Bolívia, Equador e Peru, em estado de sítio e levante popular quase permanente, pelo governo do Chile, que recém-empossado já amarga uma aprovação de apenas 22,1%, e finalmente, pelo Paraguai (o mais antigo e leal vassalo sul-americano dos EUA), cujo presidente ultraliberal acaba de ser derrubado e preso por corrupção depois de uma crise financeira que abalou o seu país. Para não falar, finalmente, da fuga do candidato da extrema-direita brasileira, poucas horas depois da sua contundente derrota eleitoral.

Assim mesmo, e a despeito do enorme poder de que desfruta neste momento o presidente Lula, sua "grande estratégia" internacional não tem nem terá um caminho fácil pela frente. Muitos países já se propuseram o mesmo objetivo e foram muito poucos os que tiveram sucesso. Em boa medida, porque as grandes potências que "governam" o mundo criam "barreiras à entrada" que bloqueiam o surgimento e a ascensão de novos Estados com capacidade de liderança regional ou global. Essas "grandes potências" que decidem – em última instância – os destinos do mundo nunca foram mais do que 6 ou 7, e algumas delas se mantêm dentro do núcleo central do sistema há mais de 500 anos, como é o caso, por exemplo, da França e da Inglaterra. Foram quase todas potências que alcançaram sua posição através de guerras e conquistas coloniais que serviram como bússolas de suas estratégias econômicas, hierarquizando objetivos e mobilizando a identificação e o apoio de suas populações nacionais. O que não é o caso, evidentemente, do Brasil dentro da América do Sul, uma região relativamente pacífica e de baixa competitividade interna entre os seus estados nacionais. Mas o mesmo não pode ser dito com relação ao chamado Hemisfério Ocidental, uma região

geopolítica extremamente assimétrica e hierarquizada, que viveu até hoje sob a tutela militar, econômica, tecnológica e financeira dos EUA.

Não é provável que a derrota eleitoral do presidente Trump modifique sua política com relação à América Latina. Inclusive porque existem hoje dois grandes consensos que são suprapartidários, com relação à política externa dos EUA: a política de contenção e/ou derrota da China; e a defesa da submissão da América Latina aos interesses dos EUA. Além disso, há que ter presente que o objetivo estratégico dos EUA com relação ao Brasil vai muito além da antiga Doutrina Monroe, que segue válida para os demais países latinos. No caso do Brasil, entretanto, a meta americana não é apenas bloquear a entrada dos chineses; é bloquear a expansão para fora do próprio Brasil, impedindo-o de se transformar numa potência regional com projeção global. E neste sentido, os EUA não estão competindo apenas com os chineses, estão competindo com o próprio Brasil, pela hegemonia latino-americana, pelo controle do Atlântico Sul e pela conquista econômica dos mercados africanos e asiáticos. Assim, podem-se calcular melhor as possibilidades de sucesso da "grande estratégia" desenhada pelo presidente Lula, começando pela identificação e "quantificação" de seus principais desafios, e contando com a hostilidade permanente e inevitável dos EUA, a despeito de que possa haver boas relações diplomáticas.

Desta perspectiva, podem-se identificar de imediato três grandes "fragilidades" ou obstáculos do Brasil, com relação aos EUA, e de certa forma, também, com relação às demais grandes potências econômicas, tecnológicas e financeiras:

i) Em primeiro lugar, desde a década de 90, a abertura da conta financeira brasileira deixou o país extremamente vulnerável frente a qualquer tipo de "guerra híbrida" que envolva sanções financeiras. Na verdade, o país perdeu o controle soberano de sua política monetária e de sua taxa de juros, ficando sob a permanente ameaça das flutuações de sua taxa de câmbio e da inflação, e de uma possível "fuga de capitais". Sobretudo se tivermos em conta que cerca de 60% das ações brasileiras estão sob controle estrangeiro, e 75% da sua dívida pública está nas mãos de bancos comerciais controlados por estrangeiros que atuam como canais permanentes para o *carry trade* internacional favorecido pelas altas taxas de juros locais. O Brasil possui reservas internacionais no valor de US$ 370 bilhões, mas ao mesmo tempo tem uma dívida externa no valor de US$ 856 bilhões, e uma fuga

de capitais orquestrada ou belicosa poderia eliminar centenas de bilhões destas reservas em poucas horas, o que fragiliza o governo frente a qualquer disputa internacional que envolva algum interesse estratégico dos EUA.

ii) Em segundo lugar, o Brasil tem uma dependência quase total do *hardware* e do *software* controlado pelas *big techs* estrangeiras, sobretudo norte-americanas, o que faz do país uma espécie de "colônia digital", como já disse um alto dirigente do governo Lula. O Brasil apresenta uma dependência de cerca de 85% em capacidade tecnológica avançada de fornecedores globais e plataformas de grande escala para nuvem, sistemas operacionais, semicondutores e redes de comunicação. E ainda, como é sabido, a maior parte do tráfego de dados internacionais passa hoje por rotas e infraestruturas que estão sob o controle concentrado de algumas grandes empresas que escapam às jurisdições nacionais da maioria dos países. Isso significa que grandes empresas estrangeiras têm acesso, conhecimento e controle de dados estratégicos do governo brasileiro, e o que é ainda mais expressivo, informações sobre a defesa do país que deveriam estar sob o controle exclusivo das Forças Armadas brasileiras.

iii) Em terceiro lugar aparece o problema da vassalagem material, estratégica e doutrinária das FFAA brasileiras com relação às norte-americanas. Desde a Segunda Guerra Mundial, e em particular desde a assinatura do Acordo Militar de 1952 entre os dois países, as FFAA brasileiras tiveram acesso privilegiado a alguns armamentos e tecnologias de ponta fornecidos pelos EUA, aceitando que sua oficialidade fosse formada nas academias de guerra americanas há mais de meio século. Trata-se, portanto, de um vínculo muito antigo e permanente, que está na raiz da visão bipolarizada do mundo que incapacita a maioria dos militares brasileiros de verem, entenderem e compreenderem a complexidade multipolar da geopolítica contemporânea. Com o agravante de que, durante a Guerra Fria, essa submissão doutrinária esteve associada a um projeto econômico nacional-desenvolvimentista, enquanto hoje o alinhamento ideológico e estratégico dos militares brasileiros vem associado com a defesa de um projeto econômico ultraliberal que condena o país –

inapelavelmente – à condição futura de uma periferia econômica das grandes potências.

iv) Por fim, o poder econômico e a força política do segmento primário-exportador da economia brasileira, em particular o seu *agrobusiness*, apoiam majoritariamente a transformação do país numa "periferia de luxo" das grandes potências, em particular, neste momento, dos EUA e da China.

Esses obstáculos não são pequenos nem serão superados facilmente, sobretudo porque o Brasil terá que avançar "trocando pneus com o carro em movimento", o que não é simples, uma vez que o movimento de curto prazo do carro vai muitas vezes na direção oposta à dos objetivos estratégicos de um projeto de potência. Por outro lado, e assim mesmo, o Brasil terá que aprender a competir e conviver com os EUA, sabendo que suas relações serão sempre de disputa, porque os EUA não darão "passagem" gratuitamente para o Brasil[1]. Ainda mais, se o Brasil mantiver sua luta atual contra todo tipo de imperialismo e de neocolonialismo, no relacionamento entre as nações.

[1] Vide a posição de Nicholas Spykman, um dos principais formuladores da "grande estratégia" norte-americana depois da II Guerra Mundial e até hoje: "Fora da zona imediata da supremacia norte-americana, os grandes estados da América do Sul podem tentar contrabalançar o nosso poder {..] e uma ameaça à hergemonia americana nesta região do hemisfério terá que ser respondida através da guerra", Spykman, N. *American Strategy in Wolrd Politics*, New York , Harcourt, Brace and Company, 1942, p:60

O RESULTADO DAS ELEIÇÕES ESTADUNIDENSES

Por Andrés Ferrari Haines

A avassaladora vitória dos democratas nas eleições parlamentares, nas quais conquistaram tanto a Câmara quanto o Senado, tem gerado muitas análises especulando sobre grandes mudanças na política externa dos EUA. As expectativas se concentram na percepção de que a política externa do país influenciou os resultados eleitorais — algo pouco frequente.

O próprio vice-presidente, JD Vance, afirmou que “o motivo da nossa derrota foi a guerra”, referindo-se em particular ao conflito com o Irã. Mas essa associação precisa ser qualificada.

A questão central que definiu a votação reside nos graves problemas econômicos enfrentados pela população estadunidense; a política externa entrou em consideração fundamentalmente pela relação que se supõe que ela tenha com essas dificuldades.

No governo Trump, essa relação se observou fundamentalmente em duas de suas iniciativas de política externa: a guerra com o Irã e as tarifas comerciais. Pesquisas recentes confirmaram esse vínculo. A elaborada pelo CFR e pela Morning Consult, por exemplo, constatou a preocupação de 75% com seus gastos com alimentos e mantimentos, e 41% deles relacionaram essas dificuldades às tarifas, por seu impacto no aumento de preços.

Muitos analistas apontam que o novo Congresso, liderado pelos democratas, concentraria esforços em aprovar medidas que reduzam os custos de itens essenciais, como moradia, energia, alimentos, saúde e medicamentos. Mas, embora possam pressionar sobre esses dois eixos problemáticos da política externa — a guerra com o Irã e as tarifas —, ambas as questões continuarão nas mãos da presidência. A pressão democrata se expressaria mais por meio de seu papel no controle do orçamento federal, da atuação nas comissões do Congresso e — no Senado — da confirmação das indicações de Trump para cargos-chave na segurança nacional e na diplomacia. Dessa forma, Trump poderia preservar sua política tarifária e sua posição bélica, tanto em relação à guerra com o Irã quanto à guerra na Ucrânia.

Em relação a esta última, os países europeus membros da OTAN, tradicionais “aliados naturais” dos EUA, parecem alimentar a expectativa de que o resultado eleitoral leve a uma reaproximação,

como aconteceu quando Joe Biden substituiu o próprio Trump na presidência. Mas, como ainda restam dois anos de mandato a Trump, ele pode até encerrar a guerra na Ucrânia, inclusive para se concentrar nas eleições presidenciais de 2028. Ademais, Trump já sinalizou há tempos sua intenção de melhorar as relações com a Rússia.

Contudo, os principais eixos da política externa de Trump tratam, no fundo, de posições que o país há muito definiu como estratégicas. Se ainda havia alguma dúvida no primeiro governo Trump, a gestão democrata de Biden a afastou por completo.

Para começar, a confrontação com a China: as disputas comerciais e tecnológicas e a expansão dos investimentos chineses foram parte cada vez mais prioritária da agenda estadunidense nas últimas duas décadas — junto ao apoio a Taiwan e às constantes ambiguidades quanto à aceitação ou não da existência de "uma única China". Por outro lado, o conflito na Ucrânia começou durante a gestão Obama, e a própria guerra, durante a presidência de Biden. Na realidade, embora continue havendo apoio militar e de inteligência dos EUA, Trump cortou substancialmente os recursos. De fato, seus vínculos com o líder ucraniano Zelensky se deterioraram acentuadamente diante da diferença com o apoio que vinha ocorrendo com Biden.

O outro foco central é o Oriente Médio, região de conflito constante para os EUA no último meio século e núcleo de suas guerras "intermináveis" — característica que expressa a dificuldade de compreender os objetivos e metas que se supõe que o país deseja alcançar. As bandeiras da "luta contra o terror" e de levar "paz e democracia", erguidas por George W. Bush e Barack Obama, foram deixadas de lado por Trump em 2018 e quase não foram retomadas por Biden. Atualmente, estão praticamente esquecidas. Sem objetivos claramente expressos, há quem especule tanto que Trump pode amenizar quanto que pode recrudescer as ações militares.

Embora Trump tenha ampliado o conflito para incluir o Irã, a maior notoriedade decorre da relação com Israel e do apoio aos massacres na Palestina cometidos por Benjamin Netanyahu. Mas a adesão ao mandatário israelense também foi iniciada por Biden. E é nesse sentido que a política externa de Trump se voltou contra ele como um bumerangue, já que resultou em preços globais elevados dos combustíveis, que afetaram a população estadunidense.

Trump procurou atenuar esse impacto econômico negativo interno por meio de um maior controle sobre "seu quintal", como explicou seu secretário de Estado, Marco Rubio — a começar pela captura do presidente venezuelano Nicolás Maduro, da qual Trump

se vangloriou, que era também uma excelente política petrolífera. Ao mesmo tempo, por meio de interferências abertamente reconhecidas, buscava-se fazer com que todos os países latino-americanos acabassem implementando políticas alinhadas aos interesses estadunidenses e de afastamento da presença chinesa na região.

É nesse contexto que a vitória eleitoral de Lula — que, após o primeiro turno, parecia quase impossível aos olhos do mundo — passou a ter um significado que respinga na acachapante derrota parlamentar de Trump. Lula defende pautas e formas totalmente contrárias às do mandatário estadunidense. Diante do impacto mundial da interferência declarada de Trump, que também interveio nas eleições brasileiras, a eleição de Lula passou a ser vista igualmente como uma derrota para Washington. Com a conversão do "L" em símbolo planetário dessa resistência, adotado inclusive nos EUA, o resultado das eleições de meio de mandato, que veio logo depois, parece fazer parte do mesmo processo.

Contudo, uma derrota republicana já era esperável. Trump chegou à presidência em 2017 com diversas promessas de mudar a política do país. Justamente, a maior decepção foi o descumprimento da promessa de não iniciar mais guerras, mas em fevereiro, junto com Israel, lançou ataques militares contra o Irã, o que provocou forte alta no preço da gasolina e, por consequência, nos alimentos. Mas já havia descontentamento com as guerras comerciais e com a política de controle da imigração, que, ao contrário do prometido, não reduziram o desemprego — que subiu de 4% em janeiro de 2025 para 4,2% em setembro de 2026. Por outro lado, segundo estudos, houve aumento real nos impostos pagos pelos cidadãos estadunidenses.

A julgar pelas aparências, o voto no Partido Democrata é, pragmaticamente, apenas um voto de rejeição aos republicanos. Os democratas não apresentaram grandes propostas para o Congresso, apenas pequenas medidas, como maior acesso aos serviços de saúde. Eles não só são parte ativa da política externa dos Estados Unidos das últimas décadas, como também mantêm as políticas internas que fizeram com que o 1% mais rico possua mais riqueza do que os 50% mais pobres.

A promessa de Trump em 2018 de acabar com as "guerras intermináveis" devia-se a seus impactos na deterioração das condições de vida dos estadunidenses, e não a um questionamento, em si, da ação externa do país. Agora, Trump deixou de ser quem se opunha a essa política e passou a integrar o grupo dos que a praticam — processo iniciado com o neoliberalismo dos anos 70, a globalização dos anos 90 e as guerras permanentes deste século.

Portanto, a derrota de Donald Trump nestas eleições de meio de mandato era o desfecho mais provável; o que gera incerteza real é o descontentamento da população com ambos os partidos. Com 86% da população, segundo uma recente pesquisa Gallup, desaprovando a atuação de um Congresso cuja rejeição ultrapassa 50% desde o início do século, não surpreende que pouco menos da metade do eleitorado apto tenha decidido participar.

Assim, o resultado eleitoral parece ter dependido de qual sentimento pesava mais para a população estadunidense: a desaprovação do governo Trump ou a percepção de que os democratas são tão ruins quanto — ou até piores que — os republicanos.

ISRAEL DEPOIS DAS URNAS

Por Wagner Sousa

As eleições de 27 de outubro de 2026 foram as primeiras desde o ataque do Hamas de 7 de outubro de 2023 e ocorreram sob o peso da guerra em Gaza, do conflito com o Irã e do colapso da coalizão de Benjamin Netanyahu em torno da isenção militar dos ultraortodoxos. A participação, perto de 78%, foi a maior desde 1999.

O bloco de Netanyahu, formado pelo Likud, pelos partidos religiosos e pela extrema-direita, caiu de 68 para 53 cadeiras e perdeu a maioria no Knesset, de 120 assentos. Mas a oposição "sionista", liderada pelo ex-chefe do Estado-Maior Gadi Eisenkot e seu partido Yashar, avançou pouco: de 46 para 48. Quem mais cresceu foram os partidos árabes, Lista Conjunta e Ra'am, que passaram de 10 para um recorde de 19 cadeiras ao mobilizar seu eleitorado contra a extrema-direita. O Likud segue como maior partido individual, e o Shas encolheu de 11 para 6. A direita perdeu, a oposição judaica não ganhou, e nenhum campo chega aos 61 votos.

Netanyahu e o Likud passaram a insinuar que a eleição foi "roubada" no voto árabe, talvez com interferência estrangeira. A Comissão Central de Eleições não encontrou irregularidades que afetassem o resultado e o presidente Isaac Herzog aceitou a conclusão em 4 de novembro, condenando a retórica racista contra os cidadãos palestinos de Israel, cerca de 20% da população. A estratégia tem lógica política: deslegitimar o voto árabe encarece, para os aliados de direita de Eisenkot, qualquer acordo com essas legendas.

Em 7 de novembro, Herzog rompeu com a expectativa de que o mandato ficasse com o líder do maior partido e encarregou Eisenkot de formar o governo. Foram 67 recomendações a ele, incluindo as dos partidos árabes, contra 46 a Netanyahu, cujo campo nem reuniu seus 53 votos. Ao receber o mandato, Eisenkot disse estar aberto a incluir o Likud, de Netanyahu, e o extremista Partido Sionista Religioso, de Bezalel Smotrich, num governo sob sua liderança, mas reafirmou que exclui os partidos árabes. Netanyahu respondeu que um governo aliado a partidos árabes "desmantelaria Israel por dentro". O partido árabe Lista Conjunta, por sua vez, prevê um governo minoritário com apoio externo árabe.

Eisenkot tem 28 dias, prorrogáveis por 14. Se falhar, Herzog indica outro nome; se este também falhar, 61 deputados podem indicar um terceiro, com 14 dias finais. Esgotadas as etapas, o Knesset é dissolvido e a eleição ocorre em até 90 dias, com Netanyahu como premiê interino.

Sem os árabes, o caminho passa pelos ultraortodoxos: os 48 deputados do bloco oposicionista mais os 13 do Judaísmo Unido da Torá e do Shas dariam exatamente 61. Avigdor Liberman, que já descartou coalizão com legendas árabes, diz a Eisenkot que, se abrir mão do apoio delas, ele trará os partidos religiosos, e afirma não ter ambição de ser premiê. As conversas com o Judaísmo Unido da Torá (UTJ, na sigla em inglês) avançam, e o deputado Yitzhak Goldknopf, líder do UTJ, defende entrar no governo. O Shas segue com Netanyahu, e o gabinete do premiê tem pressionado deputados do Judaísmo Unido da Torá para barrar o acordo com Eisenkot, até aqui sem êxito.

O obstáculo central é o alistamento militar. O UTJ exige a continuidade de isenção de alistamento para os estudantes de yeshivá, além de preservar o financiamento das escolas religiosas e o status quo entre religião e Estado, e quer salvaguardas contra a Suprema Corte. Eisenkot diz que não arriará a bandeira do serviço universal, e Naftali Bennett, embora evasivo, citou a sobrecarga dos reservistas. O ministro Bezalel Smotrich pede aos ultraortodoxos que não negociem com Eisenkot.

O novo Knesset tomou posse em 10 de novembro, sem um novo governo definido. No mesmo dia, 67 deputados pediram formalmente a eleição de um novo presidente da Casa, e Amir Ohana, do Likud, que se opõe ao plano mas diz respeitar a vontade da maioria, marcou a votação para terça-feira, 17 de novembro. O bloco de oposição a Netanyahu indicou o ex-ministro Matan Kahana, do Yashar, de Gadi Eisenkot, que, com Avigdor Liberman, líder do Yisrael Beiteinu, partido parceiro na coalizão oposicionista, acertou este nome. O objetivo é controlar a pauta legislativa antes de haver governo: criar uma comissão de inquérito sobre o 7 de outubro, ponto de maior vulnerabilidade de Netanyahu, e revogar leis do governo anterior.

Netanyahu segue como premiê interino, com incentivo para esticar o jogo. Pede um governo de união, o que Eisenkot rejeita, e seu campo tenta atrair desertores. Um governo minoritário de Eisenkot será provavelmente frágil, refém de apoios que Netanyahu ataca como "traição" da identidade judaica do país e de ultraortodoxos, que cobrarão a conta na manutenção da não obrigatoriedade do alistamento militar. O país pode ver sua sétima eleição desde 2019, no início de 2027.

O contexto externo agrava o quadro: permanece a instabilidade política que pode levar a uma retomada do conflito entre EUA e Israel com o Irã, crescem as restrições europeias ligadas às colônias na Cisjordânia e a vitória democrata no Congresso norte-americano tende a endurecer a relação com Washington. Este é o impasse: a política israelense gira há muito tempo em torno de Netanyahu e da exclusão dos partidos árabes. Romper o ciclo exigirá que Eisenkot governe com apoio árabe ou ceda aos ultraortodoxos, ambas opções difíceis no contexto político radicalizado do país.

Fontes:

- [67 MKs move to replace Knesset speaker Ohana (Ynet)](https://www.ynetnews.com/article/skifn0ecfe)

- [Liberman demands Eisenkot reject Arab party support (Ynet)](https://www.ynetnews.com/article/s1xaucyagl)

- [Eisenkot open to Netanyahu joining Israel's next government (Al Jazeera)](https://aljazeera.com/news/2026/11/8/israels-president-tasks-eisenkot-to-form-new-coalition-government)

- [Israel's president picks Eisenkot over Netanyahu (Al Jazeera)](https://www.aljazeera.com/news/2026/11/7/israels-president-picks-eisenkot-over-netanyahu-to-form-next-government)

- [Israel's deadlocked election could force a new vote in 2027 (Brookings)](https://www.brookings.edu/articles/israels-deadlocked-election-could-force-a-new-vote-in-2027/)

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA 4.0

Por André Luiz Reis da Silva

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva representa a manutenção do projeto de reinserção internacional do Brasil, baseado no multilateralismo, na multipolaridade, no diálogo com o Sul Global e na recuperação do protagonismo diplomático perdido nos anos Temer e Bolsonaro. Lula buscou, em seu terceiro mandato, reposicionar o Brasil no mundo, ajustando a matriz de política externa desenvolvida nos dois primeiros mandatos, atuando num ambiente internacional mais difícil. Para o quarto mandato, o desafio será combinar continuidade e adaptação, preservando o projeto de inserção internacional do Brasil enquanto constrói novas estratégias de defesa dos interesses nacionais.

De fato, o contexto internacional impõe pressões crescentes às potências intermediárias. A transição hegemônica e a rivalidade entre Estados Unidos e China tornaram-se elemento estruturante das relações internacionais, afetando comércio, investimentos, cadeias produtivas, transição energética e desenvolvimento tecnológico. Os conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio, as tensões envolvendo o Irã e a instabilidade regional evidenciam que fraturas geopolíticas repercutem na periferia e nas semiperiferias do sistema. Soma-se a isso o avanço do protecionismo por meio de tarifas comerciais. A disputa por terras raras, minerais críticos, tecnologias digitais, inteligência artificial e o poder das *big techs* ampliam as dimensões da competição global. Nesse cenário, o Brasil enfrenta a contradição fundamental de garantir sua inserção internacional sem comprometer sua autonomia, diante das pressões sistêmicas.

Os atores e seus interesses

O primeiro grande desafio brasileiro reside na relação com os Estados Unidos. A administração Donald Trump redefiniu a atuação de Washington ao combinar protecionismo, pressão sobre parceiros e competição estratégica com a China. Na América Latina, essa orientação busca reafirmar a influência norte-americana, recuperando os termos da Doutrina Monroe. O lançamento do *Escudo das Américas*, em março de 2026, expressa essa estratégia ao articular governos alinhados em torno de segurança, combate ao narcotráfico, cooperação militar e contenção de potências externas.

A participação da Argentina de Javier Milei e a ausência do Brasil evidenciam as divisões políticas na América do Sul. A relação bilateral também sofreu abalos por tarifas, sanções e tentativas de interferência no processo político brasileiro. Para o governo Lula 4.0, o desafio será gerir essa relação sem confronto nem aceitar condicionamentos externos. Soberania, não intervenção e autonomia seguem como princípios inegociáveis. A vitória democrata nas eleições de meio-termo nos EUA pode abrir margem para maior negociação equilibrada e ampliar canais de diálogo e convergência.

A China, por sua vez, continua sendo um parceiro estratégico indispensável, especialmente pelo peso de suas relações comerciais, investimentos e possibilidades de cooperação tecnológica e industrial. Entretanto, o desafio brasileiro não é simplesmente aprofundar a relação com Pequim, mas evitar uma relação excessivamente concentrada na exportação de produtos primários. As terras raras e os minerais críticos representam uma oportunidade para desenvolver capacidades industriais e tecnológicas próprias. A relação com a China deverá combinar cooperação econômica e estratégica com uma política de desenvolvimento que amplie as capacidades nacionais. A longa, estável e crescente trajetória de cooperação com a China é um ativo importante para avançar em novas frentes e áreas de convergência.

Na América do Sul, a convivência com a Argentina de Milei tem sido um teste político permanente. Divergências ideológicas não anulam os interesses geopolíticos e econômicos compartilhados no Mercosul, na integração produtiva e na estabilidade regional, demandando canais abertos de diálogo. Um cenário de desintegração na América do Sul não interessa ao Brasil, que precisará retomar algum grau de liderança e articulação. Além desses polos, União Europeia, Índia e países africanos serão cruciais para a diversificação das parcerias. O Sul Global não é um mero conceito geográfico ou acadêmico, mas um espaço dinâmico de articulação política e econômica onde o Brasil deve atuar como mediador e integrador de interesses.

É nesse processo que o Sul Global adquire importância renovada para a política externa brasileira. Representa, simultaneamente, uma herança histórica, uma identidade política e um espaço de articulação de interesses. O Brasil ostenta a condição de potência regional, economia emergente e país em desenvolvimento, o que o habilita para a mediação, mas exige escolhas claras. A tradição diplomática do país sempre buscou ampliar sua autonomia via diversificação de parcerias, universalismo e ativismo em coalizões, sem rupturas com o Ocidente. O aproveitamento dessas oportunidades externas

depende, contudo, das capacidades internas e da coesão do projeto nacional, o que é dificultado por frações das elites brasileiras, dependentes econômica e ideologicamente, que mantêm profunda desconfiança e resistências em relação a um projeto soberano e autônomo de desenvolvimento.

Perspectivas da política externa do governo Lula 4.0

A política externa do governo Lula no seu terceiro mandato (2023-2026) resgatou a matriz e as diretrizes dos dois primeiros mandatos (2003-2010), reativando o multilateralismo, a aproximação com o Sul Global e a busca por protagonismo internacional. Esse movimento, contudo, ocorreu sob fortes restrições: internamente, um cenário polarizado e um Congresso adverso; externamente, a fragmentação geopolítica e a paralisia das instituições multilaterais. Assim, a política externa de Lula 3.0 primou pela cautela, mantendo interlocução e preservando espaços de negociação, mas enfrentando dificuldades para converter atuação diplomática em capacidade efetiva de influência. O novo mandato do presidente Lula deverá partir dessa experiência, reconhecendo tanto os avanços quanto os limites da atuação brasileira.

A renovação do mandato abre margem para uma atuação mais ousada e criativa, recuperando espaços perdidos na década anterior. O Sul Global deve se consolidar como eixo prioritário para projetos de desenvolvimento, ciência, tecnologia e financiamento. Em fóruns como BRICS, G20 e Nações Unidas, o Brasil precisará liderar a defesa da reforma da governança global. Diante da expansão e heterogeneidade do BRICS, a diplomacia brasileira terá de operar por convergências seletivas em temas de interesse comum. Na América do Sul, deverá evitar as tendências de fragmentação, impedindo a conversão da agenda de segurança em limitação da autonomia regional. Nas negociações ambientais globais, cumpre reforçar seu papel como mediador e construtor de consensos.

O grande desafio do governo Lula 4.0 será traduzir protagonismo internacional em poder nacional e desenvolvimento. Isso exige a integração entre política externa, política industrial, defesa, ciência e tecnologia. Nas agendas digital e de recursos críticos, o Brasil precisa superar a condição de mero fornecedor de insumos primários. Frente aos conflitos internacionais, cabe reiterar a defesa do direito internacional e da solução negociada. A autonomia não decorrerá do mero universalismo ou diversificação das relações, mas da ousadia diplomática em converter as oportunidades abertas com a transição multipolar em capacidade

produtiva, tecnológica e soberana. O tamanho do Brasil, seu acervo diplomático e a legitimidade alcançada nas urnas para um novo mandato abrem novas oportunidades para o país atuar mais assertivamente e dar uma significativa contribuição para os grandes desafios globais.

Referências

SILVA, André. *Política Externa Brasileira: Qual é o lugar do Brasil no mundo?* São Paulo: Editora de Cultura, 2023.

OS DOIS OUTONOS DA UNIÃO EUROPEIA.

Por Flavio Aguiar

Países da União Europeia e vizinhança estão vivendo um outono muito "quente". Não me refiro ao clima meteorológico, cujas notícias dizem até que está bastante frio. Refiro-me ao clima político. No fim de semana de 7/8 de novembro, havia protestos de jovens em 31 países do continente europeu, sobretudo na França. Os números oficiais diziam que no sábado 146 mil pessoas participaram de protestos em todo o país, 46 mil destas na capital. Já os organizadores das manifestações, entre eles muitos sindicatos, falavam em 250 mil e 75 mil, respectivamente. Setenta mil policiais foram mobilizados, recorrendo a cassetetes e gás lacrimogênio pelo menos em Paris, Lyon e arredores.

O epicentro desta onda de protestos é a França, onde eles se tornaram dramáticos e gigantescos a partir de meados de setembro. Mas seu começo data de maio, na pequena Albânia. Multidões protestaram contra o governo em Tirana, a capital, porque este apoiava um projeto de Jared Kushner, genro do presidente norte-americano, Donald Trump, para transformar uma reserva ecológica na costa do país num condomínio de luxo para ricaços. A situação se complicou porque o primeiro-ministro albanês, Edi Rama, fez vários gestos de aproximação com seu colega israelense, Benjamin Netanyahu, o que levantou suspeitas de que este poderia também estar por trás do projeto, graças a suas menções a plano semelhante para Gaza, plano originalmente de Trump.

Como um rastilho de pólvora, a vaga de protestos foi ganhando adeptos na Europa, até explodir na França, donde se expandiu pelo continente. Os temas principais levantados nos protestos passaram a ser a falta de condições adequadas no ensino, incluindo falta de professores, o sequestro de investimentos sociais, como em educação e saúde, logo abrangendo problemas habitacionais e o alto custo de combustíveis e energia. Sindicatos passaram a aderir aos protestos, o que trouxe para a arena temas como baixos salários, o crescente custo de vida e o recuo nas aposentadorias. Enquanto os temas se ampliavam, a sua geografia também se expandiu, abrangendo países como a Alemanha, Portugal, Espanha, Itália, Bélgica, Holanda e mais de vinte outros. A partir de certo ponto passaram a incluir o tema da violência policial contra os manifestantes, sobretudo na França e na

Alemanha. Naquele país muitas das manifestações passaram a dar lugar a saques e depredações, sobretudo contra pequenos comércios. Já neste, a inclusão de temas como a causa palestina trouxe

muita violência policial para reprimir os manifestantes, uma vez que qualquer crítica a Israel ou ao agora agonizante governo de Netanyahu era logo taxada de antissemitismo.

Muitos analistas apontaram um paralelo entre as atuais manifestações francesas e aquelas memoráveis guardadas sob o rótulo genérico de “maio de 1968”. Tal como naquela ocasião, protestos por precárias condições de ensino foram engrossados por sindicatos e ampliaram a gama das reivindicações. Mas há diferenças substantivas entre elas. Em 1968 não havia saques contra estabelecimentos comerciais; a pauta revolucionária nos costumes e na cultura era muito mais ampla, embora hoje a pauta inclua com mais veemência questões como a do racismo e da xenofobia. Também havia um outro meio ambiente midiático; o telex imperava nas redações de mídia, e o fax, embora já existisse, era ainda uma grande novidade só disseminada em grande escala na década seguinte. Internet e computadores eram ainda assuntos de ficção científica.

Outra diferença importante está nos respectivos governos. Em 1968 o governante francês era o conservador Charles de Gaulle, herói de guerra. Este negociou com os sindicatos, dissolveu a Assembleia Nacional, chamou novas eleições, ganhou o apoio da pequena burguesia e das classes médias, isolou os estudantes e conseguiu uma esmagadora vitória nas eleições subsequentes. O atual presidente francês, o combalido Emmanuel Macron, por mais simpático que seja, está longe de poder empreender semelhante saída.

Sem dúvida, como em 68, é possível que a onda de protestos leve, na França, a uma saída pela direita. Mas se tal ocorrer, é muito provável que esta saída traga para o palácio governamental a extrema-direita de Marine Le Pen, favorita segundo a maioria das últimas pesquisas.

Ainda assim, deve-se ressaltar que as forças conservadoras e de extrema-direita vêm de recentes reveses na geografia mundial: os Bolsonaros no segundo turno brasileiro, Trump nos Estados Unidos, Aleksandar Vucic na Sérvia e também Andrey Gyurov na Bulgária, além das eleições em Berlim. Na França, o líder esquerdista Jean-Luc Mélenchon radicalizou seu discurso, prometendo até mesmo rever a presença da França na OTAN. Muita coisa pode mudar até a eleição nacional francesa, prevista para abril do ano que vem, mas é

muito possível que haja um segundo turno entre Le Pen e Mélenchon, o que, no momento, confirma o favoritismo dela. Mélenchon e seu partido de esquerda apoiaram Macron contra Le Pen no segundo turno das duas últimas eleições. Entretanto, os partidos e militantes de centro-direita e da direita convencional vêm se mostrando recalcitrantes em apoiar Mélenchon caso se confirme que este vá disputar o segundo turno com Le Pen.

Tal situação chama a atenção para um outro ponto de difícil percepção na conjuntura europeia atual. Trata-se da crescente oposição dos jovens à guerra, ou às guerras. A partir do conflito entre Rússia e Ucrânia, começado em 2022, houve um processo de "naturalização" da guerra na Europa. Duas pontas maiores conduziram a esta situação, no fim de contas aberrante para um continente que no século XX foi destroçado pelas duas únicas guerras que mereceram o adjetivo de "mundiais". Ambas estas pontas tiveram seu fulcro na Alemanha, mas contaram com apoio significativo em outros países e na própria cúpula da União Europeia. A primeira ponta foi a guerra na Ucrânia. Espraiou-se um sentimento de que, desta vez, apoiar irrestritamente o governo de Kiev, apesar de suas raízes neonazistas, era "a coisa certa". Era, de certo modo, apoiar Davi contra Golias. A segunda ponta foi o apoio ao governo de Israel, ou pelo menos o silêncio obsequioso, diante do massacre da população civil de Gaza como retaliação ao ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023. Partidos tradicionalmente pacifistas, como os Verdes e os da Social-Democracia, passaram a defender um belicismo militante e escancarado que jogou a bandeira da paz nas mãos da extrema-direita, uma vez que os partidos de esquerda eram sistematicamente boicotados pela mídia e pelos outros partidos, na maioria dos casos. Esta situação esdrúxula assinalou a abertura do outono da União Europeia, pelo menos tal como a conhecemos em sua origem. Um dos galardões brandidos pela sua criação era, neste continente martirizado pelas guerras, a bandeira da paz em plena Guerra Fria e sua sobrevivência ao fim desta. Agora o que se vê são governos falando aberta ou veladamente na "inevitável" guerra com a Rússia, que, por vezes, aparece até com uma data prevista: 2030. Será isto apenas uma artimanha retórica para justificar o apoio à indústria militar e ao militarismo como saída para a crise econômica instalada a partir de 2008 e reforçada pela crise energética deflagrada pela recusa ao gás russo a partir de 2022? Poderão os governos e a cúpula da União

Europeia escapar da armadilha armada por sua própria retórica? Também não se subestime o papel da mídia corporativa que, na esmagadora maioria, decretou não apenas que o "politicamente correto" é apoiar a russofobia e a Ucrânia, mas

também o vaticínio de que, mesmo contra todas as evidências, esta vem “ganhando” a guerra. Pois bem, há sérios indícios de que a juventude despertou para a realidade de que este esforço bélico vem drenando recursos da área social e dirigindo-os para aquele esforço militar onde bilhões e vidas são queimados diariamente num altar sem deuses, apenas ocupado pelos demônios de sempre.

Dificilmente a União Europeia, como estrutura política, vai desaparecer. Mas que União vai emergir das cinzas dos ideais com que, pelo menos na retórica, ela foi criada? Esta é a pergunta que a nova Esfinge dirige àquele continente e a todos nós.

O PARAGUAI EM SEU LABIRINTO

Por Pedro Silva Barros

Em poucos dias, o Paraguai passou da condição de caso frequentemente apresentado como exemplo de estabilidade econômica na América do Sul para o epicentro da maior crise política e financeira de sua história recente. A intervenção do Banco Central no ueno bank, a destituição do presidente Santiago Peña, a abertura de investigações judiciais e a rápida deterioração da confiança dos mercados interromperam uma narrativa de sucesso baseada no crescimento econômico e na recente obtenção do grau de investimento. A crise levou agências de classificação de risco a rever suas perspectivas para o país e expôs fragilidades que permaneciam encobertas pelo desempenho econômico dos últimos anos. A velocidade dos acontecimentos surpreendeu observadores dentro e fora da região, mas sugere menos uma ruptura inesperada do que a manifestação de tensões acumuladas ao longo de vários anos.

Mais do que a queda de um presidente, o que está em disputa é a capacidade do grupo político dominante de continuar administrando as transformações econômicas e sociais que vêm remodelando o país. O labirinto paraguaio nasce justamente da crescente tensão entre instituições e alianças moldadas no século XX e uma economia cada vez mais integrada às dinâmicas geopolíticas e produtivas do século XXI.

À primeira vista, trata-se de uma crise bancária. Em uma escala mais profunda, porém, o episódio revela o esgotamento de um arranjo político construído ao longo da hegemonia do Partido Colorado, cuja capacidade de adaptação permitiu atravessar a redemocratização, absorver mudanças econômicas e preservar sua centralidade no Estado. Da ditadura de Alfredo Stroessner aos governos de Horacio Cartes, Mario Abdo Benítez e Santiago Peña, diferentes lideranças disputaram espaços de poder sem alterar substantivamente a engrenagem que sustentou a predominância colorada. A crise do ueno sugere que essa engrenagem entrou em fase de desgaste acelerado, após uma década marcada por episódios como os protestos contra a tentativa de reeleição de Horacio Cartes em 2017 e a crise das atas de Itaipu em 2019.

Esse desgaste ocorre em um Paraguai muito diferente daquele que emergiu da Guerra Fria. Nas últimas cinco décadas, o país aprofundou sua integração econômica com o Brasil por meio de

Itaipu, do Mercosul, da expansão da fronteira agrícola, da presença dos brasiguaios e da consolidação de corredores logísticos voltados ao Atlântico. Ao mesmo tempo, tornou-se um importante destino de maquilas e passou a ocupar posição estratégica nos projetos de integração física que conectam o coração da América do Sul ao Pacífico, especialmente por meio do Corredor Bioceânico de Capricórnio. Paradoxalmente, essa crescente centralidade geoeconômica convive com uma inserção internacional marcada por singularidades cada vez mais difíceis de sustentar, como o reconhecimento de Taiwan e a ausência de relações diplomáticas com a China, hoje principal parceiro comercial da maior parte dos países sul-americanos. A queda de Santiago Peña recoloca essa contradição no centro do debate: qual será o lugar do Paraguai em uma América do Sul cada vez mais atravessada pela competição entre Estados Unidos e China?

Em 2027, o Paraguai completará oitenta anos do retorno do Partido Colorado ao poder. Nesse período, a legenda governou o país durante 75 anos. Apenas o interregno iniciado com Fernando Lugo, em 2008, interrompeu uma hegemonia que atravessou a ditadura de Stroessner, a transição democrática e sucessivas mudanças econômicas sem perder o controle do Estado. Sua resiliência decorreu menos da força eleitoral do que da capacidade de articular interesses empresariais, burocráticos e territoriais em torno de um projeto duradouro de poder. O ciclo iniciado por Horacio Cartes representou uma nova etapa dessa trajetória. Vinculado aos setores financeiro, agroexportador e tabagista, Cartes impulsionou uma modernização conservadora apoiada no agronegócio, nas maquilas e no protagonismo do setor privado. Mesmo após deixar a presidência, preservou influência decisiva sobre o Partido Colorado e parcelas importantes do Estado. A eleição de Santiago Peña, em 2023, foi vista como a consolidação desse projeto; sua queda sugere uma reconfiguração dos equilíbrios internos do coloradismo às vésperas da sucessão presidencial de 2028.

O paradoxo é que a renovação econômica promovida por esse ciclo político não foi acompanhada por mudanças equivalentes nas referências estratégicas da elite dirigente. Enquanto a economia paraguaia se integrava aos circuitos produtivos, financeiros e logísticos do século XXI, parte importante de sua orientação política permanecia ancorada em uma etapa anterior da ordem internacional. É nessa tensão entre mudança econômica e continuidade política que se encontra uma das chaves para compreender a crise atual.

Itaipu consolidou uma aproximação estratégica com o Brasil que transformou a geografia econômica regional. A expansão da

fronteira agrícola, a integração com Paranaguá, a presença dos brasiguaios, a ascensão da soja e, mais recentemente, das maquilas reforçaram a percepção de que a posição geográfica do Paraguai constituía um ativo estratégico. Em vez de obstáculo, a mediterraneidade passou a ser vista como possibilidade de conexão entre mercados, cadeias produtivas e corredores continentais. Nos últimos anos, essa combinação de energia barata, baixa tributação e regulação relativamente flexível atraiu empresários e investidores brasileiros, difundindo sobretudo em meios liberais e bolsonaristas a imagem do Paraguai como ambiente favorável aos negócios. O mesmo diferencial energético passou a atrair projetos intensivos em eletricidade, como datacenters, ampliando a relevância estratégica do país. A velocidade dessa transformação, entretanto, nem sempre foi acompanhada pelo fortalecimento das capacidades estatais de regulação, supervisão e planejamento. Em certa medida, a crise do ueno expôs as tensões de um modelo que combinou dinamismo econômico com vínculos estreitos entre poder político, grupos empresariais e instituições responsáveis por regulá-los.

É nesse contexto que o Corredor Bioceânico de Capricórnio adquire significado geopolítico. Mais do que uma obra de infraestrutura, o projeto expressa uma disputa sobre o lugar do Paraguai na reorganização econômica da América do Sul. Ao atravessar o Chaco e conectar Atlântico e Pacífico, o corredor reduz distâncias, integra territórios historicamente periféricos e aproxima o interior sul-americano dos mercados asiáticos. Pela primeira vez em sua história moderna, o Paraguai reúne condições para converter sua mediterraneidade em centralidade, ocupando posição estratégica entre Brasil, Argentina, Bolívia e Chile em um momento em que infraestrutura, logística e acesso a mercados se tornaram dimensões decisivas da competição geoeconômica global. Essa nova realidade ajuda a explicar por que as disputas em torno do futuro político do país passaram a atrair interesses que transcendem suas fronteiras.

A crescente centralidade geoeconômica do Paraguai contrasta com uma singularidade diplomática cada vez mais difícil de sustentar. O país permanece como o único da América do Sul a reconhecer Taiwan e não a República Popular da China. Enquanto setores do agronegócio, da logística e da indústria enxergam na aproximação com Pequim novas oportunidades comerciais e de investimento, a elite política paraguaia manteve um alinhamento histórico com Washington. O reconhecimento de Taiwan passou a ter implicações econômicas e geopolíticas crescentes. Em um contexto no qual o Paraguai emerge como eixo estratégico de conexão entre Atlântico e Pacífico, disputas domésticas envolvendo Horacio

Cartes e seus aliados ganham dimensão internacional. Para o Brasil, a consolidação de um Paraguai rigidamente alinhado a Washington representa um potencial fator de fragmentação do espaço sul-americano e contrasta com a busca regional por maior autonomia estratégica.

A crise do ueno não marca apenas o fim de um ciclo político. Ela ocorre quando o Paraguai deixa de ser percebido como periferia e passa a ocupar posição estratégica na geografia econômica sul-americana. Essa nova condição amplia simultaneamente suas oportunidades de desenvolvimento e sua exposição à competição entre Estados Unidos e China. O verdadeiro labirinto paraguaio não está na disputa entre Peña, Alliana, Cartes ou seus sucessores, mas na busca de uma estratégia capaz de conciliar sua crescente centralidade geoeconômica com os desafios da integração sul-americana. Quanto mais o país se converte em eixo logístico entre Atlântico e Pacífico, mais difícil se torna sustentar alinhamentos herdados de uma etapa anterior da ordem internacional. O labirinto paraguaio não resulta da falta de caminhos, mas da multiplicação das alternativas abertas por sua nova posição no centro do continente.

A ESCALADA RUSSA NO INVERNO DE 2026-2027

Por Daniel Barreiros

Desde setembro de 2026, os esforços militares de Moscou mudaram de foco, deslocando-se das linhas de contato entre combatentes para o alvejamento de subestações elétricas, pontes e nós logísticos na retaguarda ucraniana. A campanha contra a infraestrutura energética começou mais cedo do que nos invernos anteriores, e este novembro dá ao observador internacional a medida da intensidade pretendida pelo Kremlin: na noite de 7 para 8, no segundo ataque consecutivo contra o sistema elétrico, cerca de 600 mil pessoas foram privadas de energia elétrica em Dnipropetrovsk e 250 mil em Kharkiv, com apagões rotativos no norte e no centro do país, e 140 edifícios sem aquecimento em Jitomir. O Ministério da Defesa russo declarou que seguiria executando ataques contra instalações de infraestrutura de combustível e energia da Ucrânia, e Zelensky atribuiu a intensificação à proximidade das negociações em Abu Dhabi, marcadas para este mês de novembro. A escolha das pontes sobre o Dnipro como alvo, nas semanas anteriores, não teve valor tático aparente. Seu valor foi demonstrativo, e é esse o nervo que o Kremlin pretende pressionar.

Tudo indica que a ofensiva terrestre encontrou seu limite de viabilidade. Se em julho de 2025 as forças russas tomaram mais de 455 quilômetros quadrados, em setembro de 2026 capturaram 175,5 e perderam 256,3 quilômetros quadrados; um saldo amplamente negativo, portanto, ao custo de mais de 46 mil baixas. O balanço de 8 de novembro não registra avanço significativo em nenhum setor até o momento, exceto infiltrações na área de Dobropillia, enquanto Zelensky reivindica mais de 800 quilômetros quadrados liberados no ano na direção de Oleksandrivka. Desde julho de 2026 a Rússia perde mais homens do que consegue recrutar, e outubro foi o mês mais letal de toda a guerra.

O que isso significa? A derrota de Moscou? Segundo o Institute for the Study of War, de Washington, Putin estaria, em verdade, substituindo sua teoria da vitória. A teoria anterior apostava em um avanço lento e contínuo em terra; a nova aposta seria forçar a capitulação ucraniana por meio de ataques de longo alcance no inverno.

Que a guinada estratégica foi preparada, e não improvisada, mostra o lado industrial. A inteligência ucraniana estimou em agosto

que a produção russa de drones Geran-4 e Geran-5, de propulsão a jato, alcançou cerca de 3 mil unidades mensais, superando as 2.800 do Geran-2, a pistão, e registrou que Moscou havia deliberadamente reduzido a produção e o ritmo de ataques em julho para converter suas linhas de montagem. O resultado apareceu no campo de batalha: dos 164 drones lançados na noite de 7 para 8 de novembro, 112 eram a jato, voando entre 300 e 400 quilômetros por hora, contra os 185 do modelo anterior. Os vetores da reorientação estratégica são, precisamente, drones cada vez mais sofisticados; como eles, não se pretende vencer em campo de batalha, mas fazer colapsar a complexidade socioeconômica ucraniana antes de levá-los a uma inevitável mesa de negociações.

A aposta ucraniana simétrica, ou seja, a de produzir um colapso fiscal e logístico russo antes do colapso de sua própria rede elétrica, foi retirada do tabuleiro por Washington. Em 9 de outubro, Trump anunciou acordo para comprar diesel russo: 300 mil toneladas imediatas, 500 mil em novembro, até 3 milhões no total. O Tesouro suspendeu as sanções sobre essas entregas até abril de 2027 e, em 16 de outubro, um *waiver* presidencial isentou a Rússia das sanções centrais do Graham Act, dois dias antes de sua vigência. No pano de fundo, a alta do diesel, de 3,48 para 6,18 dólares o galão entre janeiro e 12 de outubro, puxada pela guerra no Irã e pelos próprios ataques ucranianos, às vésperas das eleições de meio de mandato. Kiev teria sido então pressionada a suspender os ataques às refinarias sob ameaça de retenção de armamento e inteligência; suspendeu-os por cerca de duas semanas e os retomou em 3 de novembro, com Zelensky explicando que havia condicionado a trégua à reciprocidade por parte dos russos.

O transacionalismo bruto, de que tratei em boletim anterior, agora aparece em forma explícita: a soberania e a segurança de um aliado, a Ucrânia, convertidas em variável de ajuste do preço do combustível doméstico nos EUA, com alívio de sanções ao adversário operando como moeda. E a ironia se completa no plano fiscal. As receitas russas de petróleo e gás caíram 22,3% em setembro, mas voltaram a subir cerca de 10% na comparação anual em outubro, alcançando 1 trilhão de rublos, em parte porque o conflito no Golfo elevou os preços internacionais. O acumulado de janeiro a outubro segue 14% abaixo do ano anterior, de modo que a erosão permanece; mas é inegável que a campanha americana no Irã vem subsidiando o orçamento de guerra russo.

A escassez de munições, tema a que dediquei o artigo publicado no boletim passado, deixou de ser problema americano para se tornar transatlântico. Em 7 de novembro, o ministro da Defesa alemão Boris Pistorius anunciou que Berlim não pode mais transferir

sistemas Patriot nem mísseis para Kiev, acrescentando que isso abriria lacunas inaceitáveis na defesa alemã. A Lei de Augustine aplicada ao paiol opera agora em dois teatros que sacam do mesmo inventário ocidental, e o faz no momento em que um dos beligerantes dispõe de 3 mil drones a jato por mês. Em suma, nem de Washington, nem de Berlim, parece que virá suporte.

O quadro político, por sua vez, moveu-se sem alterar o balanço imediato. Os democratas tomaram as duas casas do Congresso em 3 de novembro, mas Trump mantém o poder de veto, o Congresso cessante funciona até janeiro e os analistas não esperam efeito prático antes de fevereiro ou março de 2027. A quarta rodada de negociações trilaterais do ano, a primeira em nove meses, ocorre em Abu Dhabi em 10 e 11 de novembro, com as demandas russas inalteradas e expectativa generalizada de que nenhum acordo resulte dela. Quando este artigo for publicado, já saberemos.

Temos, então, um jogo de três partes, no qual o terceiro jogador, os EUA, possui uma restrição doméstica própria, o preço do combustível, fixada em parte por sua guerra no Golfo, e dispõe de instrumentos para desarmar um aliado quando essa restrição aperta. Há, assim, uma saída sendo construída para esta guerra, e ela não está sendo montada nem em Moscou nem em Kiev, mas sim em Washington, ao sabor de uma potencial fragilização política de Trump e do peso da inflação. Nesse jogo, os russos parecem assumir o objetivo de tornar a situação tão insuportável para os ucranianos, a ponto de eles mesmos se inclinarem para a frente quando forem empurrados no precipício pelos norte-americanos.

A NOVA ECONOMIA DE GUERRA EUROPEIA

Por Mirelli Malaguti

Em meio à crise industrial e à perda de competitividade internacional, a Europa aposta no rearmamento como instrumento de recuperação econômica. Sob a justificativa de uma ameaça russa permanente, seus governos assumem compromissos militares que ultrapassam a guerra na Ucrânia e reordenam as prioridades econômicas do continente.

A novidade não está simplesmente na expansão das despesas militares, mas na tentativa de transformar a preparação permanente para a guerra em eixo de reorganização industrial. Em um continente pressionado pela crise energética, pela concorrência chinesa e pelo enfraquecimento de suas bases produtivas, a demanda militar surge como alternativa para sustentar produção, investimento e emprego.

O compromisso dos países da OTAN de destinar 5% do PIB a defesa e segurança até 2035 amplia esse horizonte. A Agência Europeia de Defesa projetou gastos de €454 bilhões para a UE em 2026. Mas mobilizar recursos públicos não significa reconstruir a competitividade: encomendas militares estimulam a atividade, enquanto reindustrializar exige ampliar capacidades produtivas, consolidar fornecedores e difundir inovações para além da defesa.

As projeções macroeconômicas evidenciam essa distância. A Comissão Europeia estimou que o aumento gradual das despesas militares, até alcançar 1,5% adicional do PIB em 2028, colocaria o produto europeu entre 0,3% e 0,6% acima do cenário sem esses gastos. No cenário central, a diferença seria de 0,5% em 2028, mas apenas 0,3% em 2034, apesar da manutenção das despesas adicionais. O Banco Central Europeu estimou um acréscimo acumulado de 0,4 a 1 ponto percentual ao crescimento da zona do euro entre 2025 e 2028, conforme o cenário. São efeitos positivos, mas modestos diante da ambição de reconstruir a indústria continental.

As previsões nacionais tampouco indicam aceleração generalizada no curto prazo. Em outubro de 2026, o FMI projetou crescimento de 1,3% para a Alemanha em 2026 e 1,1% em 2027; de 0,4% e 0,7% para a França; de 1,3% e 1,2% para o Reino Unido; e de 3,4% e 2,5% para a Polônia. Essas taxas abrangem o conjunto das economias e não isolam os efeitos do rearmamento.

A Alemanha constitui o principal laboratório dessa experiência. Sua infraestrutura industrial e sua engenharia favorecem a absorção de encomendas e a reconversão produtiva. Um estudo do Instituto de Kiel identificou aproximadamente €85 bilhões em contratos alemães de equipamentos militares em 2025, mas também uma redução da participação de sistemas considerados inovadores nas aquisições. O risco é que a expansão militar produza crescimento quantitativo sem modernização tecnológica equivalente.

A capacidade alemã de transformar rearmamento em reindustrialização dependerá dos encadeamentos entre a indústria militar e os demais setores. Se a expansão ficar concentrada em empresas de defesa, sem recuperar a competitividade energética e tecnológica da indústria civil, seus resultados poderão ser expressivos para alguns segmentos, mas limitados para o conjunto da economia.

A Polônia apresenta outra configuração. Seu esforço militar é elevado, mas depende de fornecedores externos, sobretudo estadunidenses e sul-coreanos. Segundo estimativas citadas pelo FMI, cerca de 80% de seus gastos de capital militar foram destinados a importações. Assim, o orçamento de defesa pode fortalecer a capacidade bélica sem gerar efeitos industriais domésticos equivalentes.

A França dispõe de cadeias militares consolidadas nos setores aeronáutico, naval e eletrônico, mas enfrenta restrições fiscais e competição por recursos. O Reino Unido também possui uma indústria militar sofisticada, porém profundamente integrada às estruturas tecnológicas e estratégicas dos EUA. Em ambos, o fortalecimento de empresas de defesa não garante a recuperação abrangente da indústria civil.

O rearmamento, portanto, não produz efeitos homogêneos: países capazes de atender às encomendas com produção própria capturam maior parcela do estímulo, enquanto os mais dependentes de importações transferem parte de seus recursos para fornecedores estrangeiros. A estratégia pode aprofundar assimetrias industriais europeias e beneficiar particularmente a indústria estadunidense.

Essa contradição remete a uma questão geopolítica mais ampla. A complementaridade entre a capacidade industrial alemã e os recursos energéticos russos não representava apenas uma relação comercial vantajosa, mas constituía uma das bases materiais de uma possível autonomia econômica e estratégica continental em relação aos EUA. A ruptura dessa integração enfraqueceu uma das condições para um espaço econômico europeu mais independente.

A perda dessa complementaridade não se resume ao encarecimento da energia: atingiu um modelo industrial baseado na combinação de tecnologia, escala exportadora e abastecimento competitivo. Substituir fornecedores não recompõe automaticamente essas condições. O rearmamento procura criar uma nova fonte de demanda para uma estrutura produtiva que perdeu antigas vantagens, sem resolver as causas dessa perda.

A Europa tenta, assim, reconstruir sua capacidade industrial e estratégica em condições de maior dependência dos EUA. Washington pode beneficiar-se da expansão das exportações energéticas, das encomendas militares europeias e da consolidação de sua influência sobre o continente. A militarização poderá ampliar a capacidade bélica europeia enquanto reforça sua integração subordinada às cadeias produtivas e tecnológicas estadunidenses.

Em meio à ascensão chinesa e à disputa tecnológica, autonomia estratégica exige mais que armamentos: depende de energia, tecnologia e cadeias industriais próprias.

Nesse contexto, a representação da Rússia como ameaça permanente adquire uma função que ultrapassa a segurança. A indústria militar exige investimentos, mão de obra especializada e encomendas estáveis, sustentados por decisões políticas e orçamentárias. Uma eventual acomodação diplomática poderia enfraquecer a justificativa para sua continuidade. Entretanto, à medida que empresas, empregos e regiões passam a depender desses contratos, formam-se interesses materiais favoráveis à permanência do rearmamento.

Há uma diferença decisiva entre elevar o patamar da produção e acelerar continuamente o crescimento. O impulso inicial das encomendas aumenta a atividade, mas sua estabilização em nível elevado não garante novos incrementos do PIB. Sem ganhos autônomos de produtividade ou expansão permanente dos gastos, a militarização poderá manter fábricas ocupadas e lucros empresariais sem constituir um motor duradouro de crescimento. O ganho relativamente pequeno projetado pela Comissão Europeia para 2034 ilustra esse limite.

Entre 2026 e 2028, os efeitos tenderão a concentrar-se na demanda e na utilização da capacidade existente. Até o início da década de 2030, será possível observar se as encomendas produziram novos fornecedores, investimentos e tecnologias. Em 2035, a questão decisiva será se a expansão militar irradiou produtividade para a economia civil ou consolidou uma especialização dependente de contratos estatais, competindo por recursos com infraestrutura, energia e modernização industrial.

A Europa poderá ampliar sua capacidade militar sem conquistar autonomia estratégica, sustentar determinados setores sem reconstruir o dinamismo industrial e manter gastos extraordinários sem reverter seu declínio relativo. Nesse caso, a economia de guerra poderá tornar-se uma forma permanente de administrar a crise, em vez de superá-la.

O paradoxo histórico é que, ao romper a complementaridade entre a indústria alemã e os recursos energéticos russos — uma das bases materiais de uma possível autonomia continental — e apostar na militarização como estratégia de recuperação econômica, a Europa corre o risco de fortalecer a economia e o poder estratégico dos EUA, enquanto aprofunda as condições de sua própria dependência.

A JANELA SE ESTREITA NA ÁSIA OCIDENTAL

Por Wagner Sousa

A geopolítica do Oriente Médio atravessa uma das fases mais críticas e voláteis das últimas décadas. A conjuntura atual — marcada pela guerra entre Estados Unidos e Irã iniciada em fevereiro e pelo bloqueio do Estreito de Ormuz — obrigou as potências regionais e globais a redefinirem alianças, estratégias de defesa e prioridades diplomáticas. Três vetores centrais moldam o equilíbrio de forças neste momento: a nova arquitetura de segurança regional, a reconfiguração política em Washington após as eleições de meio de mandato e a escalada militar direta na região.

1. A Nova Arquitetura Regional: O Pacto de Meca e os Canais com Teerã

Diante da instabilidade desencadeada pelo conflito aberto entre Washington e Teerã, as potências islâmicas não árabes e as monarquias do Golfo aceleraram mecanismos próprios de segurança coletiva e mediação diplomática.

* O Pacto Conjunto de Defesa de Meca: Assinado em agosto por Arábia Saudita, Turquia e Paquistão, o acordo trilateral consolidou sua entrada em vigor após a ratificação final pelo Parlamento turco no início de novembro. O tratado estabelece que um ataque armado contra qualquer um dos três signatários é considerado uma agressão contra todos, unindo o poderio financeiro e energético saudita, a indústria bélica turca e a dissuasão estratégica paquistanesa.

* Diplomacia Paralela com o Irã: Paralelamente à aliança defensiva, representantes de Arábia Saudita, Turquia e Paquistão mantêm canais diretos de negociação com Teerã — incluindo conversações de segurança na capital iraniana no fim de outubro e encontros bilaterais de alto nível à margem da cúpula climática COP31, em Antália, na Turquia. O objetivo compartilhado por Ancara, Islamabad e Riad é evitar que o conflito se alastre ainda mais pela região e mediar uma saída diplomática que leve à reabertura do Estreito de Ormuz.

2. O Impacto das eleições nos EUA sobre a Política Externa

O resultado das eleições legislativas de meio de mandato (midterms) nos Estados Unidos introduziu um novo fator de restrição e incerteza na atuação norte-americana na Ásia Ocidental.

* Freio Legislativo e Guerra Impopular: O desgaste provocado pela guerra contra o Irã e pelos impactos dos preços dos combustíveis na economia doméstica pesou no pleito, resultando na conquista da maioria no Congresso pelos democratas. Embora o Executivo mantenha prerrogativas militares, a nova composição parlamentar tende a impor maior fiscalização sobre autorizações de guerra, gastos bélicos e operações no exterior.

* Redefinição de Prioridades: Mesmo com o reforço naval e de sistemas de defesa aérea na região, Washington tem evitado abrir uma segunda frente de combate terrestre ou aéreo direto no Iêmen. O foco da Casa Branca permanece concentrado na escolta de petroleiros no Golfo e na gestão da pressão econômica e militar sobre Teerã, deixando os parceiros árabes mais dependentes de suas próprias defesas.

3. A Escalada dos Houthis e a Pressão Direta sobre a Arábia Saudita

No flanco sul da Península Arábica, o colapso da trégua no Iêmen em julho transformou o conflito em uma guerra de atrito direta contra o território saudita.

* Ofensiva Aérea e Cerco Urbano: Após consolidarem o controle sobre a costa iemenita do Mar Vermelho e intensificarem ações contra o Golfo de Áden, os rebeldes Houthis passaram a lançar ondas diárias de mísseis balísticos, mísseis de cruzeiro e drones contra alvos estratégicos na Arábia Saudita — atingindo a região de Riad, infraestruturas petrolíferas e a província de Meca.

* Impacto Civil e Estratégico: Ainda que os sistemas de defesa aérea sauditas interceptem a maior parte dos projéteis, os ataques recentes forçaram a adoção de medidas de emergência em Riad, incluindo a suspensão temporária de aulas presenciais e alertas constantes à população civil. Sem intervenção militar direta dos Estados Unidos contra os Houthis e após o afastamento operacional entre Riad e os Emirados Árabes Unidos no teatro iemenita, a monarquia saudita vê seus projetos de diversificação econômica testados pela vulnerabilidade de sua retaguarda, acelerando a operacionalização do Pacto de Meca com Turquia e Paquistão.

Conclusões

A Ásia Ocidental entra na reta final do ano sob uma dupla dinâmica: enquanto a frente militar se agrava com o bloqueio marítimo no Golfo Pérsico e os bombardeios transfronteiriços entre o Iêmen e a Arábia Saudita, a frente diplomática exibe um protagonismo inédito de atores regionais. Diante de um Congresso americano mais refratário a intervenções, o futuro imediato da estabilidade regional depende da capacidade de potências como Turquia, Paquistão e Catar converterem seus canais de diálogo com Teerã em um cessar-fogo sustentável. As recentes declarações de Donald Trump e Marco Rubio sobre o fim da bilionária ajuda militar anual dos EUA a Israel também demonstram um desalinhamento estratégico entre a grande potência global e seu principal aliado regional, mais um fator na reconfiguração do balanço de poder na região.

A DISPUTA ENTRE CHINA E EUA PELO CONTROLE DA I.A.: ÚLTIMOS MOVIMENTOS

Por Leonardo Castro

Estamos em novembro de 2026 e os efeitos do El Niño já se fazem sentir neste nosso quadrante do planisfério. É impossível prever como a História registrará os fatos do presente, mas é provável que alguns acontecimentos das últimas semanas deixem marcas por um certo tempo.

O mais notável deles tem sido comparado a um fenômeno natural, porém sísmico e não climático: o "tsunami azul" que deu à oposição democrata a vitória nas eleições de meio de mandato para o Congresso dos EUA e para o governo de vários estados.

Outros eventos reforçam a impressão de que estamos numa encruzilhada histórica: a virada de Lula no segundo turno, contrariando as pesquisas que apontavam vitória da extrema-direita, após grandes manifestações na reta final da campanha; a derrota parcial de Netanyahu em Israel, com expressiva votação dos partidos árabe-palestinos; e os protestos que se alastram pela Europa, a começar pelos estudantes franceses, contra o desmonte das políticas sociais e o aumento do gasto militar, em nome de uma doutrina de segurança ditada por interesses alheios.

É possível, porém, que consequências mais "sísmicas" do tsunami americano se deem num terreno menos visível: o da economia digital.

Em 5 de novembro, o índice Nasdaq, que reúne as ações das grandes empresas de tecnologia, caiu 5,5%, e as empresas listadas perderam cerca de US$ 2,5 trilhões em valor de mercado, o maior recuo da história do índice nesse critério. No dia seguinte, o abalo chegou à Ásia: o Nikkei 225, no Japão, caiu 5,96%; o Kospi, na Coreia do Sul, chegou a recuar 8,8% e acionou o *circuit breaker*; o principal índice de Taiwan perdeu 4,5%. A Nvidia, líder no design dos chips que rodam os modelos avançados de IA, perdeu sozinha mais de US$ 440 bilhões, com queda superior a 9%, a pior desde o choque provocado pelo chinês DeepSeek, em janeiro de 2025. Seus chips são fabricados pela taiwanesa TSMC, que responde por mais de 40% do valor da bolsa de Taiwan.

As perdas são atribuídas principalmente ao resultado das eleições americanas. A maioria democrata no Congresso sinaliza

regras mais restritivas para os data centers no futuro próximo. No mesmo pleito, houve 41 consultas locais sobre essas instalações, em dez estados, e em todas, exceto uma, prevaleceram proibições, moratórias e outras restrições. No Texas, em Ohio e na Geórgia, polos da expansão dos data centers, hoje governados por republicanos, foram eleitos governadores democratas comprometidos com moratórias ou revisão de incentivos fiscais.

A questão, porém, não se resume a isso. Nas semanas anteriores, Alphabet, Amazon, Meta e Microsoft haviam perdido quase US$ 900 bilhões em valor de mercado após divulgarem seus balanços, por conta de investimentos multibilionários em infraestrutura de IA sem perspectiva de retorno em prazo compatível. O investimento em equipamentos de informática e software já representa quase 5% do PIB norte-americano, e há estimativas que atribuem à expansão tecnológica cerca de um terço do crescimento atual.

OpenAI e Anthropic, as duas principais desenvolvedoras de modelos de IA generativa, são casos significativos: têm produtos atraentes e grandes fatias de mercado, mas resultados financeiros que não parecem suficientes para sustentar uma corrida em que cada geração de modelos custa mais que a anterior, o hardware fica obsoleto em poucos anos e a concorrência, inclusive dos modelos abertos chineses, empurra os preços para baixo. Empresas como elas estão no fim da cadeia que sustenta os data centers e os chips da Nvidia e da TSMC.

Até aqui, evitamos falar em “bolha”, e é preciso cautela nesse terreno. Cabe assinalar, porém, que os alertas não vêm apenas dos críticos mais radicais: desde o ano passado, o FMI e o Banco da Inglaterra advertem para o risco de uma “correção abrupta”, comparando as cotações das empresas de IA às do auge da bolha da internet. Uma “correção abrupta” pode significar risco sistêmico à economia americana, com repercussões globais, por duas vias: queda do investimento, que sustenta parte expressiva do crescimento; e contágio financeiro, pois a expansão vem sendo financiada cada vez mais por dívida junto a fundos de pensão, de crédito privado e outros.

Parece haver uma aposta não declarada que mantém o setor em perpétua “fuga para a frente”: a de que, como os gigantes financeiros resgatados após o *crash* de 2008, a indústria da IA tenha se tornado “grande demais para quebrar”. Em novembro de 2025, a diretora financeira da OpenAI defendeu garantias governamentais para os empréstimos da empresa, alegando que a IA seria um “ativo estratégico nacional” na disputa com a China, mas recuou (e a Casa Branca descartou resgates). O clima político não favorece operações

de salvamento: além de agravar uma situação fiscal já complicada, afrontariam grande parte do eleitorado, que olha para as gigantes da tecnologia com desconfiança.

Há mais: a aliança histórica entre a indústria de tecnologia e o Estado tornou-se, sob Trump, uma relação bem mais problemática, na qual as grandes empresas passaram a ser peças de uma estratégia imperial de projeção de poder. Em dezembro de 2025, o Departamento de Estado lançou a "Pax Silica", coalizão de 25 países em torno das "tecnologias críticas que hoje determinam o poder nacional", e passou a usar sua rede de embaixadas para vender o "pacote tecnológico americano de IA" a aliados, pressionados a escolher lado na disputa com a China. As próprias empresas americanas viraram alvo: o governo tornou-se acionista da Intel, ameaçou a Apple com tarifas e estabeleceu uma taxa de 25% sobre as vendas da Nvidia à China.

A China é a única potência capaz de se contrapor efetivamente ao poder americano no plano da economia global, e sua estratégia para tornar-se potência tecnológica foi notavelmente bem-sucedida. O caso remete ao que Alexander Gerschenkron chamou de "vantagem do atraso": países retardatários podem saltar etapas, adotando diretamente as tecnologias mais avançadas, com o Estado coordenando os investimentos que, nos países pioneiros, couberam ao mercado. Foi o que fez a China ao concentrar esforços, desde o Plano de Desenvolvimento de Inteligência Artificial de Nova Geração, de 2017, na tecnologia emergente mais promissora: a IA de "aprendizado profundo". O país ainda luta para superar a dependência externa em semicondutores avançados, mas usa sua posição quase monopolista no refino de "terras raras" para contra-atacar os controles de exportação americanos.

Em contraste com a Pax Silica, a China criou em julho a Organização Mundial para Cooperação em Inteligência Artificial (WAICO), sediada em Xangai e voltada ao Sul Global, que propõe código e padrões de desenvolvimento abertos e modelo cooperativo de governança. O Brasil está entre seus 29 membros fundadores. Com a WAICO, a China aposta na diplomacia e no *soft power*, enquanto seu rival recorre cada vez mais à coerção. Não é o caso de fazer previsões, mas a China pode ser a grande beneficiária de uma desaceleração, ou mesmo de uma crise, no setor de tecnologia dos EUA. Seria, talvez, apenas um pequeno passo numa longa e paciente caminhada para se tornar o novo *hegemon* global.

O tempo dirá qual o real alcance desses acontecimentos: podem ter efeitos passageiros, como os de um El Niño, ou consequências mais profundas e duradouras. Mas o momento permite observar a sobreposição das camadas do tempo histórico

descritas por Fernand Braudel: o tempo curto do acontecimento político, como as eleições nos EUA e em outros lugares; o tempo intermediário da conjuntura, em que operam os ciclos econômicos e a "destruição criativa" de Schumpeter; e a longa duração da disputa entre as grandes potências pela hegemonia.

Por ora, talvez valha repetir a frase que encerrava um artigo anterior, publicado no número 13 deste Boletim: quem apostou contra a China nos últimos tempos perdeu.

REDES SOCIAIS E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Por Daniel Vainfas
Flora de Castro Santana

Pensar o impacto das Big Techs, sobretudo pelo viés das redes sociais, sobre os processos eleitorais exige distinguir duas dimensões, diferentes e conectadas: o ecossistema digital e os atores que nele disputam influência. As próprias empresas de tecnologia ocupam, nesse quadro, uma posição singular, pois são, ao mesmo tempo, as que moldam o ambiente digital e as que agem de forma interessada no ambiente que organizam.

Comecemos pela dimensão ecossistêmica. Seu elemento mais visível é o famigerado algoritmo. Embora não tenhamos acesso ao algoritmo, uma vez que ele constitui um dos grandes segredos industriais do setor, podemos percebê-lo por suas manifestações nas diversas experiências de consumo das redes sociais.

Há tanto exemplos sutis quanto manifestações pouco sofisticadas. Tipos clássicos de atuação sobre o algoritmo são a redução do alcance de publicações, a suspensão de funcionalidades de contas ou, ainda, o aumento do alcance de adversários. Nas eleições brasileiras de 2026, por exemplo, a Meta foi acusada de prejudicar a campanha de Lula, chegando a desativar temporariamente a conta de publicidade utilizada pela campanha do então candidato à reeleição. No mesmo período, usuários perceberam o alcance desproporcional dos conteúdos veiculados por Nikolas Ferreira. A Justiça Eleitoral determinou tratamento isonômico às duas campanhas, mas não estabeleceu, naquela decisão, que a falha decorresse de interferência deliberada da empresa. A Meta reconheceu que havia uma diferença de alcance, mas atribuiu o caso a um erro interno.

Por mais caricato que seja esse exemplo, o impacto mais substancial está longe da caricatura e parece estar mais na organização cotidiana da atenção e dos afetos.

Nos primeiros passos da estruturação algorítmica, o treinamento voltado à identificação do que constituía objeto de interesse e de engajamento foi realizado com bases de fácil acesso às Big Techs, sobretudo fóruns on-line com pouca ou nenhuma moderação, nos quais a moeda corrente era justamente o engajamento via emoções fortes, como a raiva e o medo.

Essa é a base ontológica da dinâmica online tal como a temos hoje, uma repetição interminável de conteúdo selecionado para nos despertar emoções em dosagens insustentáveis para a vida em sociedade.

A exposição recorrente a esse ambiente desgasta a relação com o outro e torna a convivência democrática mais difícil. Isso também se manifesta como uma assimetria de visibilidade entre agentes políticos capazes de operar na gramática da indignação e porta-vozes de discursos apoiados na negociação, na institucionalidade e na normalidade democrática, que passam a ter mais dificuldade de romper o ruído da ágora digital.

A força das redes não está em inventar a disputa política, mas em exacerbar as vozes mais extremadas: há um imenso desequilíbrio nos incentivos da economia da atenção.

Não há, evidentemente, um monopólio do pecado por nenhum dos lados do espectro político, embora haja uma preferência dos proprietários das plataformas. Os candidatos republicanos, muitos dos quais terminaram derrotados, contaram com centenas de milhões de dólares de financiamento de Elon Musk.

Também não se trata necessariamente de uma preferência do capitalista individual. Embora Musk atue diretamente por candidatos à direita, Zuckerberg já foi próximo do Partido Democrata. Uma interpretação materialista da história exige perguntar qual é o fundamento de uma postura política do capital para além das questões pessoais de um ou outro capitalista.

Talvez o ponto central seja a aversão a quaisquer formas de regulação que limitem a captura de dados, alterem as condições de publicidade, imponham transparência aos sistemas de recomendação ou reduzam a margem de ação das plataformas. Dado que o modelo de negócios consiste justamente na venda desregulada de conteúdos, regulação significa inescapavelmente uma redução da taxa de lucro inerente ao oligopólio desfrutado por esses atores.

Embora nos Estados Unidos e no Brasil essa disputa assuma configurações partidárias e institucionais específicas que não seguem exatamente as linhas entre direita e esquerda, há elementos de sobreposição importantes. Nos EUA, é patente a identificação dos democratas com uma agenda regulatória em todos os setores, inclusive e com destaque, no setor digital. No Brasil, também foram os governos de esquerda que implementaram iniciativas como o Marco Civil da Internet e, mais recentemente, o ECA Digital, iniciativas que, embora desidratadas pelo processo legislativo e apoiadas por figuras da direita, representaram marcos regulatórios importantes no cerceamento das ações das Big Techs.

Compreendida essa dinâmica e esses contornos da conjuntura, resta a pergunta decisiva: de que modo essa organização dos afetos altera os resultados eleitorais? Embora não seja ainda um resultado definitivo, há argumentos para defender que a principal consequência das redes não seja converter moderados em extremistas, mas desmobilizar parte do eleitorado. O maior efeito das redes parece ser o da supressão eleitoral: os eleitores mais ao centro se abstêm, e os votos totais se deslocam para os extremos, causando um efeito de reafirmação do extremismo.

Porém, tal dinâmica mostra sinais de desgaste, pelo menos no lado do usuário/eleitor. Não é trivial que um candidato como James Talarico, da ala direita do Partido Democrata, tenha obtido uma vitória histórica no Texas com um diferencial de votos na casa das dezenas de pontos percentuais em um estado tradicionalmente republicano, ao mesmo tempo em que Abdul El-Sayed, candidato da ala esquerda do mesmo partido, tenha obtido uma vitória fraca em um estado tradicionalmente democrata. Um dos elementos que podem explicar essa disparidade é que, em uma eleição entre dois candidatos percebidos com agendas partisanas, o eleitor órfão do centro ficou em casa; mas, diante da opção por um candidato ao centro, em um contexto de fadiga emocional causada pelas redes sociais e de urgência em resguardar a democracia, os eleitores mais ao centro compareceram em números históricos.

Essa parece ser a combinação vencedora nas rodadas eleitorais desse último ciclo. É muito simbólico que, em Israel, a posição de *kingmaker* da coalizão de governo tenha saído dos kahanistas, a manifestação israelense do fascismo, e ido para os partidos árabes, que tiveram um resultado histórico de 19 cadeiras na Knesset, muito em função de um comparecimento às urnas em níveis que não se viam desde 1996. Contribui para esse fato o conjunto de sinalizações dadas por esses partidos, não apenas na união de alguns deles na Lista Conjunta, mas também em posicionamentos públicos de defesa das populações árabes como parte do Estado israelense e, portanto, como cidadãos que deveriam participar da vida política, em um deslocamento ao centro frente a posições historicamente contrárias à própria legitimidade estatal.

No segundo turno do Brasil, o movimento parece ter sido o mesmo. O consenso entre os estatísticos, ao fim do primeiro turno, era de que uma virada de Lula só seria possível mediante uma redução histórica da taxa de abstenção, justamente o que ocorreu: entre os dois turnos, o comparecimento cresceu aproximadamente 3 milhões de eleitores e a abstenção caiu de 21,08% para 19,22%. Esse fenômeno foi acompanhado por diversos marcadores que mostravam Lula como um moderado e Flávio Bolsonaro como um extremista.

Não há ainda um antídoto definitivo para a carga emocional daninha das redes sociais. Há, entretanto, uma direção política a ser explorada: ampliar a participação política e eleitoral da população. O alto comparecimento, aliado a opções percebidas como mais ao centro do espectro político, parece ser um remédio de emergência para os contextos eleitorais.

MINERAIS CRÍTICOS E SOBERANIA REGIONAL

Por Fernanda Brozoski

A exemplo do que ocorre na África, os minerais críticos poderiam constituir um vetor de integração produtiva regional na América Latina, ampliando a capacidade de negociação dos países e criando condições para um desenvolvimento mais soberano. Contudo, essa oportunidade depende de uma concertação política hoje consideravelmente desafiadora. Diferentemente do início dos anos 2000, quando a convergência entre governos fomentou a regionalização, a América Latina se depara com a desarticulação de suas instâncias regionais, a fragmentação política e uma agressiva projeção de poder dos Estados Unidos.

Naquela década, a agenda norte-americana buscava consolidar a ALCA, um modelo de integração focado na liberalização comercial que aprofundava as assimetrias estruturais entre a economia dos EUA e as dos países da região. A China não se apresentava como ameaça clara à hegemonia estadunidense, e a ação de Washington na América Latina ancorava-se majoritariamente em instrumentos de *soft power*. Esse contexto, somado aos efeitos desastrosos das reformas neoliberais dos anos 1990 na região, catalisou a ascensão de governos progressistas e desenvolvimentistas e impulsionou uma reação coletiva que sepultou o projeto. Washington, então, migrou para a via dos acordos bilaterais.

A conjuntura atual é distinta. A ascensão chinesa coloca em xeque a hegemonia dos EUA e intensifica a competição global nos campos econômico, tecnológico e militar. Segundo o relatório *China's Economic Footprint in Latin America and the Caribbean* (ODI Global, 2026), a China é, desde 2015, o principal parceiro comercial da América do Sul e o segundo da América Latina; em 2023, foi a terceira maior origem de investimento estrangeiro direto, e, entre 2013 e 2024, o comércio de mercadorias entre o país e a região dobrou, alcançando US$ 510 bilhões. É nesse pano de fundo que se insere a atual ofensiva norte-americana sobre a América Latina, explicitada na Estratégia de Segurança Nacional de 2025 – documento que vincula de forma explícita a atuação na América Latina à recomposição das capacidades industriais e militares dos EUA e à contenção da China.

Inverteu-se, assim, a lógica dos anos 2000. Naquela época, a pressão externa assumia a forma de um projeto regional uniforme –

a ALCA –, mas havia espaço para contestar a influência norte-americana e combustível político para uma resposta conjunta. Hoje, a coação opera prioritariamente por vias bilaterais, assegurando alinhamentos individuais que, somados, viabilizam uma coordenação regional alinhada a Washington.

Essa lógica manifesta-se com força no setor de minerais críticos. Desde o início de 2025, os Estados Unidos ampliam sua presença na América do Sul por meio de memorandos de entendimento e acordos setoriais que articulam governos, empresas e instituições financeiras em torno da segurança de cadeias de suprimento. Em fevereiro de 2026, Washington lançou o *Forum on Resource Geostrategic Engagement* (FORGE), sucessor da *Minerals Security Partnership*, destinado a coordenar políticas, projetos, preços e cadeias de suprimento entre aliados no âmbito global, e assinou onze novos marcos bilaterais, incluindo Argentina, Equador, Paraguai e Peru. Esses instrumentos não criam obrigações vinculantes, mas estabelecem canais privilegiados de acesso a financiamento, tecnologia e mercados, condicionando implicitamente a agenda mineral dos signatários às prioridades estratégicas norte-americanas.

A Declaração de Santiago, assinada por Chile, Argentina, Bolívia e Peru em 28 de agosto de 2026, ilustra essa dinâmica. O documento prevê cooperação técnica, intercâmbio de informações geológicas, coordenação regulatória e busca de apoio financeiro multilateral. Trata-se de uma coordenação setorial incipiente, que não nasce de uma concertação política intrarregional voltada à defesa conjunta de interesses, mas se desenvolve à sombra da projeção norte-americana, viabilizada previamente por pressões bilaterais.

Em contraste, a África busca transformar o interesse global por seus minerais em uma agenda própria de integração. A projeção concorrente de múltiplas potências – China, Rússia, Estados Unidos e União Europeia – amplia o poder de barganha dos Estados africanos e favorece a resposta coletiva. Em fevereiro de 2025, a União Africana instituiu a Estratégia Africana para Minerais Verdes (AGMS), que se orienta explicitamente para a agregação de valor na origem, a industrialização regional e a integração de cadeias produtivas via Zona de Comércio Livre Continental, chegando a prever o condicionamento do acesso aos minerais verdes ao processamento local. Seus quatro pilares – desenvolvimento mineral, capacidades humanas e tecnológicas, construção de cadeias de valor e governança responsável – visam uma transformação estrutural, articulando comércio, investimento, conteúdo local e industrialização em uma visão compartilhada de desenvolvimento.

Embora enfrente obstáculos consideráveis de implementação – financiamento, infraestrutura, capacidade estatal –, a diferença de projeto salta aos olhos: enquanto os países africanos deliberam coletivamente sobre o futuro de seus recursos, a Declaração de Santiago, embora invoque, no discurso, a agregação de valor, arrisca converter os minerais críticos em mais um capítulo da dependência periférica.

O acirramento dos conflitos globais e o avanço da transição energética elevaram a demanda militar e industrial por minerais críticos, posicionando a América Latina no centro da geopolítica desses recursos. Como em outros momentos de sua história, a região volta a ser alvo de fortes pressões de potências externas; e, como antes, sua capacidade de respondê-las com autonomia pode pressupor a concertação política e uma integração produtiva efetiva. A reeleição de Lula, em outubro de 2026, oferece condições para retomar essa agenda, embora sua implementação enfrente sérios obstáculos domésticos, sobretudo se, ao que tudo indica, estivermos diante de um Congresso e de um Senado desfavoráveis a uma regulação mais autônoma da exploração mineral. No plano internacional, a mudança na correlação de forças no Congresso norte-americano após as eleições de meio de mandato pode impor limites à atuação de Trump e ampliar, ainda que parcialmente, o espaço para iniciativas regionais. Diante de um cenário interno incerto e de grande instabilidade geopolítica global, segue indefinida, ainda que necessária, a capacidade real do Brasil de alavancar essa agenda regional.

SOBRE A "PESTE RUSSA"

Por Reinaldo Guimarães

"Por que eu, com minha alma
e talento, fui nascer na Rússia?"
Aleksander Pushkin (1836)

Tudo indica que o episódio esteja encerrado para a imprensa internacional. Entretanto, há pelo menos dois motivos para resgatá-lo neste comentário. O primeiro deles é epidemiológico, pois a Peste continua a incidir eventualmente em humanos pelo mundo afora. E o segundo diz respeito aos contornos geopolíticos que presidiram a cobertura jornalística do ocorrido. Pretendo aqui comentar os dois.

A peste é essencialmente uma infecção bacteriana endêmica de animais silvestres, em particular roedores. Sob certas circunstâncias podem ocorrer surtos entre esses animais, com grande mortalidade. Entretanto, esses animais podem abrigar a bactéria por longo tempo sem apresentar sintomas. Em humanos, a doença se manifesta de duas formas – bubônica e pneumônica. A forma bubônica é menos grave e a transmissão ocorre por meio de picadas de pulgas infectadas. A forma pneumônica, mais grave, costuma ser transmitida de pessoa a pessoa. Diagnosticada a tempo, a doença é tratável com antibióticos.

A bactéria que provoca a doença, conhecida hoje como *Yersinia pestis*, só foi identificada no final do século XIX, de forma independente por um suíço (Alexander Yersin) e um japonês (Kitasato Shibasaburo). A homenagem do nome ficou apenas com o suíço.

A peste bubônica provocou a maior pandemia já registrada. Eclodiu em meados do século XIV na Eurásia a partir do sítio da cidade de Caffa na península da Crimeia, patrocinado pelos mongóis. A versão mais aceita é que teria ocorrido um surto da doença entre os mongóis que levou ao levantamento do sítio e à sua retirada. Mas, antes de partirem, lançaram por cima das muralhas cadáveres de mortos pela doença, com suas roupas (e pulgas). Isso fez com que a peste explodisse entre os sitiados que, por via marítima, levaram a doença para toda a Europa. Estima-se que nas décadas seguintes a Europa tenha perdido, pela doença, cerca de metade de sua população. A pandemia ficou conhecida como 'Peste Negra'.

Em 25 de setembro passado, a técnica Darya Shipilova, 28 anos, técnica de laboratório do Instituto de Pesquisa Antipeste da Sibéria e do Extremo Oriente em Irkutsk, Rússia, foi diagnosticada e internada com um diagnóstico de pneumonia. Faleceu em 2 de outubro sem que a causa da doença tenha sido esclarecida por não terem sido identificados eventuais microrganismos que pudessem estabelecê-la. As primeiras notícias públicas sobre o assunto foram publicadas pela plataforma *Telegram* no mesmo dia da morte da técnica. Daí para o mundo.

Anunciada a suspeita do caso de peste, o órgão russo federal de vigilância epidemiológica promoveu as medidas-padrão neste tipo de ocorrência, cujo item mais importante, além do tratamento do doente, é a identificação e acompanhamento de contatos. De acordo com as autoridades sanitárias russas, após uma semana de acompanhamento de cerca de 200 contatos, não houve qualquer manifestação de doença que pudesse estar relacionada a um possível quadro de Peste Pneumônica. Vale saber que o período de incubação dessa forma da doença é de dois ou três dias. Ainda de acordo com essas autoridades, exames laboratoriais foram realizados nesses contatos, sem resultados positivos.

A despeito das providências e de seus resultados, o fato adquiriu uma dinâmica própria, com características geopolíticas evidentes. Em 4 de outubro, dia da morte da paciente, o portal *Euronews* publicou a seguinte manchete, em tradução livre: "A peste retornou à Sibéria? Pânico na Rússia após a morte de um funcionário de laboratório". No mesmo dia, o portal do '*The Independent*' manchetou: "Funcionária de laboratório russo morre de suspeita de peste após ser exposta à doença por tubo de ensaio que quebrou". O tema apareceu no dia seguinte (5/10), no *New York Times* sob a manchete "Rússia tenta conter especulações sobre peste na Sibéria". Nos dias que se seguiram, as notícias abraçaram o tema de um modo mais equilibrado. Em particular, o *The Guardian* britânico, a partir do dia 6 de outubro, procurou abandonar o viés geopolítico até então presente. Aqui no Brasil, as notícias na grande imprensa espelharam o viés internacional. Finalmente, entendo que, até certo ponto, a atitude defensiva do governo russo ajudou a alimentar o viés geopolítico na abordagem do tema. A cobrança da Organização Mundial da Saúde (OMS) por maior transparência por parte de Moscou reforça esse meu ponto de vista.

Mas o viés geopolítico é comprovado pelo seguinte: casos isolados e pequenos surtos localizados de peste em humanos ocorrem com bastante regularidade pelo mundo. De acordo com a

OMS[1], entre 2019 e 2025, foram relatados e confirmados 2.646 casos de Peste no mundo, quase todos eles em países da África, na China e na Mongólia. Esses casos geraram 423 mortes. Nesse período, o Brasil relatou oito casos não confirmados. Segundo esse relatório da OMS, a República Democrática do Congo e Madagascar foram responsáveis pela quase totalidade dos casos, sendo que entre agosto e outubro de 2017, Madagascar enfrentou uma grave epidemia urbana de Peste Pneumônica. Nas Américas, vale destacar que os Estados Unidos não forneceram informação à OMS sobre casos e óbitos por peste entre 2010 e 2025. Entretanto, o órgão federal de vigilância epidemiológica nos EUA (CDC), em relatório de 2026[2], revela que entre 2000 e 2025, foram reportados 114 casos de Peste nos EUA com 17 óbitos. Um dos casos ocorreu no processo de manipulação de amostra em laboratório. A maioria dos casos foi de Peste Bubônica e todos ocorreram em áreas rurais do Noroeste do país.

A pergunta que eu deixo é: você teve notícia dessas ocorrências? Isso saiu em algum veículo de imprensa de grande circulação? De minha parte, jamais tive conhecimento de quaisquer desses fatos. Por que, então, a técnica russa teve sua tragédia repercutida mundialmente?

Faz pouco tempo que superamos a pandemia de COVID-19, que durante três anos ocupou a humanidade em praticamente todas as suas horas de vigília. Uma das consequências importantes do enfrentamento da Pandemia foi, talvez, não a entrada, mas o deslocamento das questões sanitárias para uma posição mais central na geopolítica. Penso que isso ajuda na análise desse debate sobre a 'Peste Russa', mas acho que nele há um substrato histórico muito mais longo e complexo, que se relaciona à ambivalente relação do que se chama 'Ocidente' com a Rússia.

A análise desse substrato vai muito além das possibilidades desta nota, mas quero mencionar um período de capital importância nessas tumultuadas e oscilantes relações. O chamado longo século XIX, da Revolução Francesa até a soviética e ao fim da 1ª Guerra Mundial (apud Eric Hobsbawm) foi um tempo de muitas tensões e distensões entre a Rússia e o 'Ocidente'. Foi um período de grande florescimento da cultura russa, e a epígrafe de Pushkin neste texto aponta que naquele período aquelas relações não foram fáceis. No século XX, o 'Ocidente' atravessou o Atlântico Norte e sua bússola militar, política e moral passou a ser orientada pelos Estados Unidos,

[1] https://www.who.int/publications/journals/weekly-epidemiological-record/wer101-38?trk=article-ssr-frontend-pulse_little-text-block#plague-map-3-anchor
[2] https://www.cdc.gov/plague/maps-statistics/index.html

com tudo que isso significou na relação com a Rússia soviética. Eu acredito que a abordagem 'russofóbica' que envolveu o episódio do caso da doença e morte da técnica russa obedeceu a essa lógica.

Não gostaria de terminar esta nota sem fazer menção a outro episódio geopolítico-sanitário que é congruente com a hegemonia norte-americana no 'Ocidente'. Refiro-me ao 'Vírus Chinês', expressão disseminada no início da Pandemia de COVID-19 e que até hoje, quase quatro anos após seu fim, continua acesa. Sem qualquer suporte científico, a hipótese de um vazamento de um vírus alterado em um laboratório em Wuhan (China) sustenta atualmente uma persecução oficial do Congresso e da Secretaria de Justiça dos EUA ao ex-diretor do NIH, Anthony Fauci, que está sendo acusado de financiar pesquisas que teriam resultado na criação do SARS-CoV-2. Sobre este tema, escrevi uma nota publicada neste Observatório Internacional do Século XXI em seu boletim de setembro de 2026.

O SUICÍDIO ARGENTINO

Por Hernan Neyra

O suicídio é a principal causa de morte violenta na Argentina. Após muitos anos de políticas de educação para a segurança no trânsito, as mortes por acidentes de trânsito diminuíram. Em contrapartida, os suicídios são agora a principal causa de morte violenta.

As tentativas de suicídio estão aumentando enquanto o financiamento para saúde mental está diminuindo. Um dos problemas subjacentes é que a situação continua crítica tanto para aqueles que sobrevivem a uma tentativa quanto para suas famílias e redes de apoio, que não souberam como reagir e nem sempre sabem como oferecer suporte.

A Argentina tradicionalmente apresenta taxas de suicídio relativamente baixas, variando de 6 a 8,5 por 100.000 habitantes nos últimos 50 anos, um número em linha com a média da América Latina e inferior ao de países desenvolvidos. Os dados mais recentes disponíveis confirmam uma tendência crescente nos últimos três anos, atingindo um recorde de 11,8, alinhando-se à média da OCDE e superando a média global de aproximadamente 9,6.

O suicídio é sempre multifatorial. A vulnerabilidade psicossocial aumenta com a solidão indesejada, o isolamento e a falta de uma rede de apoio, seja familiar ou de amigos, que constitua relacionamentos significativos. Também é exacerbada pelo uso problemático de substâncias ou por situações de violência. No entanto, também existem fatores de proteção, como uma rede de apoio, a oportunidade de trabalhar, estudar e planejar o futuro, ou fácil acesso a serviços de saúde.

Neste último ponto, em tempos de cortes drásticos em todas as áreas de gastos públicos, a saúde mental não foi exceção. Em setembro passado, o Senado aprovou um projeto de lei que facilita internações involuntárias. Este foi um dos princípios centrais da reforma, pois a hospitalização é mais barata do que gastar com medicamentos e apoio terapêutico para permitir que um paciente viva fora de uma instituição de saúde: o princípio da medicalização em detrimento do apoio.

A ideia de hospitalização forçada surge no contexto da revogação do programa Remediar (que fornece medicação gratuita), do fechamento de residências interdisciplinares em saúde mental, do

desmantelamento do Hospital Laura Bonaparte (o único hospital psiquiátrico federal) com tempos de espera cada vez maiores para consultas, dos cortes nas pensões e da redução de recursos no SEDRONAR (o centro nacional de tratamento de dependência química). O Escritório de Orçamento do Congresso (CBO) demonstrou que, ao longo dos anos de 2017 a 2025, embora o orçamento fosse nominalmente alto, a execução orçamentária foi consistentemente inferior aos recursos disponibilizados, resultando em um financiamento efetivo cada vez menor para políticas de saúde mental.

As redes de apoio se desfazem quando há perda de emprego ou, devido a cortes salariais, um ou mais membros da família precisam ter dois ou mais empregos. Situações estressantes são constantes nas famílias. Além disso, a insegurança no trabalho, o trabalho informal ou o trabalho por plataformas digitais fazem com que os trabalhadores percam a cobertura de saúde da previdência social, ficando sem acesso a serviços públicos, que enfrentam cortes orçamentários, tornando o acesso cada vez mais difícil. Para prevenir o suicídio após uma tentativa ou diante de sinais preocupantes, o acompanhamento, a continuidade do tratamento e a adesão a um plano de segurança desenvolvido com o paciente e a família são cruciais, visto que as intervenções apropriadas variam de acordo com a idade e as circunstâncias do paciente.

Além disso, a hiperconectividade em que os jovens vivem, passando cada vez mais tempo em frente a telas e em ambientes virtuais que substituem a interação presencial, significa que, embora estejam em contato constante por meio de plataformas como Instagram ou TikTok, a falta de presença física cria uma lacuna entre a proximidade esperada e a percebida. As redes sociais dão uma falsa sensação de proximidade, de modo que o sentimento de solidão se torna cada vez mais agudo.

Dados globais e regionais do UNICEF indicam que aproximadamente um em cada cinco adolescentes relata sentir-se sozinho de forma recorrente. A dinâmica algorítmica e a busca constante por validação externa (como "curtidas") tendem a enfraquecer a percepção de apoio genuíno. O UNICEF destaca que passar mais de três horas por dia nas redes sociais dobra o risco de ansiedade e depressão. A falta de "curtidas" prejudica a autoestima dos jovens e, inversamente, é o que as redes sociais usam para gerar a busca por aprovação, tornando-as viciantes.

As famílias estão cada vez menos aptas a oferecer apoio eficaz devido à falta de tempo e dinheiro. Segundo um relatório do Observatório de Psicologia Social Aplicada (OPSA) da Universidade de Buenos Aires, 6,5% da população está em risco de desenvolver

problemas de saúde mental. Entre os entrevistados pelo OPSA, 36,4% estão passando por uma crise familiar, 52,4% relatam estar atravessando uma crise pessoal e 55,9% mencionam a crise econômica, observando que "as crises econômicas atuam como um fator de estresse significativo".

A falta de perspectivas futuras para os jovens é agravada em uma economia que não gera empregos há 10 anos, que investe cada vez menos em educação, que tem valores de aluguel superiores a 50% do salário médio, que torna seus trabalhadores precários e transfere o ônus da saúde e da educação para seus bolsos.

Dessa forma, a política destrói ou diminui os fatores de proteção contra o suicídio. Mas, ao mesmo tempo, as políticas econômicas fortalecem os fatores que o incentivam.

O voto jovem foi um dos fatores que explicam a vitória de Javier Milei. Na reta final do governo de Alberto Fernández em 2022, a alta inflação e a falta de perspectivas levaram os suicídios a níveis semelhantes aos da última crise econômica, no final do governo de Mauricio Macri (9,7 casos por 100 mil habitantes, contra 9,6 em 2018).

Mas com Milei no poder, as perspectivas pioraram. Apesar das promessas de pagamento em dólares, os salários em pesos perderam poder de compra. E diante dessa mudança de expectativas, o desemprego aumentou, deixando os jovens com uma perspectiva mais insegura e precária. O maior aumento nos suicídios ocorreu entre os jovens de 24 a 29 anos: jovens que também estão muito endividados. Para eles, a taxa ultrapassou 14 por 100.000, tornando-os os mais afetados, em comparação com a média nacional de 11,8.

Para conter as compras em dólares e, assim, manter uma taxa de câmbio que funcionasse como âncora de preços, as taxas de juros foram elevadas. Esse aumento gerou níveis sem precedentes de inadimplência. Sem emprego formal, não há acesso a crédito formal, o que força as pessoas a recorrerem a empréstimos informais, sem proteção legal e com crescente pressão sobre os devedores, inclusive física. Algumas famílias estão endividadas devido à perda de renda, outras devido à perda de emprego, outras ainda devido a dívidas de jogo e outras por pagar compras de supermercado a prazo. Enquanto isso, a narrativa do governo é que esses são problemas entre particulares, ao passo que o presidente aponta o dedo para eles, acusando-os de má gestão.

"A confiança dos jovens no governo caiu de 69% para 34%. Hoje, os jovens têm o dobro da probabilidade de estarem desempregados, quatro vezes mais probabilidade de estarem

endividados, e a principal causa de morte entre os jovens é o suicídio. Algo está acontecendo", destacou a jornalista Ana Iparraguirre em um dos programas políticos mais assistidos da televisão.

E para os jovens mais vulneráveis entre todos eles, o velho ditado de Marx ainda se mantém verdadeiro: "Na falta de algo melhor, o suicídio é o recurso mais extremo contra os males da vida privada."

OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

N°20 - novembro/2026